Marinús Pires de Lima

O inquérito sociológico: problemas de metodologia*

No presente trabalho, resultante de uma experiência docente, o autor estuda alguns problemas suscitados pela preparação e realização de inquéritos, instrumentos de recolha de informações muito frequentemente utilizados nas ciências sociais. Depois de se diferenciarem os níveis das técnicas, da metodologia e da epistemologia, referenciam-se algumas características, vantagens e limitações dos principais instrumentos de recolha de dados, em relação aos objectos a analisar. No que respeita ao inquérito por questionário, enumeram-se as várias fases da sua realização (planeamento da pesquisa, preparação do questionário, pré-teste, trabalho no terreno, codificação das respostas, análise e apresentação dos resultados) e os principais erros a evitar em cada um daqueles passos. Atenção particular é dada à operacionalidade dos conceitos na preparação do plano de observação e, dentro desta fase, aos város momentos da construção das variáveis. As preocupações dominantes ao longo de todo o trabalho são a crítica do empirismo e a acentuação da importância dos quadros teóricos na determinação do valor instrumental dos inquéritos.

1. Introdução

A) O presente trabalho tem como objectivo apresentar alguns problemas levantados pela preparação e realização de inquéritos, processos de recolha e tratamento de informação muito frequentemente usados nas ciências sociais.

Será conveniente começar por esclarecer questões relacionadas com o subtítulo: «problemas de metodologia».

---

* O presente texto tem a sua origem em notas preparadas, em 1969-70, para aulas sobre metodologia do inquérito sociológico do 1.º e do 2.º ano do Instituto de Estudos Sociais. Sofreu desenvolvimentos e reelaborações durante o período em que o autor foi membro do Grupo de Bolseiros de Sociologia, da Fundação Calouste Gulbenkian, anexo ao Gabinete de Investigações Sociais. Em alguns pontos foi ulteriormente repensado e reescrito com base num outro artigo entretanto publicado pelo autor e na experiência docente no Instituto de Estudos Sociais e no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Tendo resultado bàsicamente de uma prática pedagógica, mantém intenções pedagógicas, dirigidas a estudantes do 1.º e do 2.º ano. A bibliografia foi actualizada em Dezembro de 1971, não tendo sido possível ao autor revê-la em data mais recente.

Os investigadores das ciências sociais distinguem frequentemente a técnica, a metodologia e a epistemologia, sem que, no entanto, se tenha conseguido até hoje um acordo sobre o sentido preciso de cada uma daquelas noções.

Fundamentalmente, pode todavia dizer-se que as *técnicas* correspondem ao «nível» inferior e designam os instrumentos (ou operações), bem delimitados e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados julgados úteis na observação e na medida dos factos sociais; corresponderão, por exemplo, a este «nível» o questionário, a escala de atitudes, a entrevista, a observação participante, o teste. A tecnologia será, portanto, o conjunto das operações prático-concretas de que o investigador se pode servir na recolha e no tratamento de dados sobre as realidades sociais [1].

A *metodologia* consistirá na análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a investigação de determinados problemas sociológicos. Situam-se aqui as questões relacionadas com a estratégia de pesquisa a adoptar em referência e *adequação* a certos objectos de análise e em ordem à relacionação e integração dos resultados obtidos através do uso das técnicas [2].

Daqui resulta que a metodologia se baseia fundamentalmente no confronto crítico das investigações realizadas em relação a certos objectos de conhecimento, concretizado, por exemplo, na análise dos textos em que a pesquisa se traduziu. Uma reflexão sobre as *condições* e os *limites* de validade e do campo de aplicação de técnicas quantitativas ou de técnicas qualitativas, com referência a determinados *objectos* de conhecimento e como resposta a questões teóricas, problema que tem originado controvérsias conhecidas na sociologia, insere-se neste «nível». Os problemas lógicos da análise multivariada (cfr., *infra,* 6.5.2) aplicada a um certo sistema de relações sociais serão também metodológicos.

Finalmente, «o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a

---

[1] Pode dizer-se que a *técnica* se situa no domínio da operacionalização pura, independente da aplicação à realidade e das preocupações com problemas como «ponto de vista», «hipóteses», «objectos sociológicos». Pode fazer-se, por exemplo, uma análise factorial baseada numa matriz de correlação fictícia, sem qualquer correspondência com um objecto de análise concreta, ou ensinar a técnica de construção dos questionários sem referência a problemas, questões e objectos de pesquisa determinados. As únicas questões de validade susceptíveis de serem situadas dentro deste domínio restrito são de validade interna.

[2] O que suscita questões relativas à validade externa. Convém distinguir, por outro lado, a *teoria sociológica* (circunscrevendo-nos, para simplificar, à sociologia), que tem como objecto directo a descrição e a análise interpretativa dos factos sociais, da *metodologia,* que incide sobre o processo de investigação. Uma proposição pertencerá à teoria, se for um enunciado sobre os factos sociais (dir-lhe-ão respeito as respostas à pergunta «investigar o quê?»); à metodologia, se constituir um enunciado sobre um discurso ou uma operação de pesquisa, sem que o seu resultado se traduza directamente numa asserção sobre a realidade social (dirá respeito ao problema de saber «como investigar»). O *contrôle* estatístico dum sistema de hipóteses de pesquisa ou, mais genèricamente, o sistema de regras de validação dos actos e discursos sociológicos são problemas metodológicos. Esta distinção remete para aquela que diferencia, no campo da lógica, as *linguagens* e as *metalinguagens.*

sua origem lógica, o seu valor teórico e o seu alcance objectivo» (LALANDE), fundará a *epistemologia* (ou teoria da forma de produção específica dos conhecimentos científicos). Ela consistirá numa actividade crítica de reflexão e de intervenção, referente a um campo de trabalho, tendente a demarcar os obstáculos ideológicos e a promover a cientificidade das práticas teóricas, enquanto processos socialmente determinados de produção de conhecimentos.

A implicação dos três níveis de problemas sumàriamente enunciados, por um lado, e as dificuldades que se têm levantado na sua caracterização [3], por outro, conduzem-nos a, neste estudo, nem sempre se repartirem por planos distintos os problemas técnicos, metodológicos e epistemológicos nele tratados: esta diferenciação apenas se fará quando parecer indispensável à boa compreensão dos mesmos; quando, em contrapartida, se não afigure necessária a separação, compreender-se-ão na ampla expressão «metodologia do inquérito social» problemas de ordens *summo rigore* distintas.

B) Falta clarificar a primeira parte do título: «O inquérito sociológico». A apreensão da natureza dos inquéritos será feita progressivamente, à medida que se avançar no estudo das suas diversas fases, mas poderá desde já propor-se um esquema que fornece uma boa visualização da estrutura lógica dum inquérito por sondagem [4].

O ponto de partida é constituído por uma *população* — P — determinada, formada por unidades que compõem o campo de análise abrangido pelo inquérito, de que se extrai um subconjunto representativo, a amostra — A(P) —, constituído por elementos seleccionados de acordo com certos critérios de representatividade. Os inquiridores recolhem *dados* — D(A) —, apurados através do interrogatório da amostra, que serão contabilizados e tratados em ordem à formulação de *conclusões* sobre a amostra — C(A). Se estas operações se tiverem desenvolvido segundo cânones metodológicos e técnicos rigorosos [5], é legítima a generalização ao conjunto da população das conclusões — C(P) — que foram obtidas mediante a análise da amostra: $P \rightarrow A(P) \rightarrow D(A) \rightarrow C(A) \rightarrow C(P)$.

C) Resta fazer algumas rápidas observações sobre a expressão «inquérito sociológico».

Significa ela, por um lado, que nos moveremos predominantemente no campo da *investigação científica,* isto é, dos inquéritos que têm como objecto o progresso do *conhecimento.*

---

[3] Cfr. JAMOUS, «Technique, méthode, épistémologie», in *Épistémologie Sociologique,* n.º 6, 1968, Paris, ed. Anthropos; IPOLA (bibl.).

[4] O esquema deve-se ao Dr. J. C. Ferreira de ALMEIDA e foi apresentado no seminário sobre metodologia do inquérito social que em 1969 orientou para diplomados do Instituto de Estudos Sociais.

[5] Para o Dr. J. C. Ferreira de ALMEIDA, a transição entre A(P) e D(A) suscita questões de validade externa, enquanto a passagem de D(A) a C(A) levanta questões de validade interna.

Os inquéritos podem também servir para a intervenção, a acção prática sobre a realidade social; ora a dinâmica da intervenção pressupõe opções valorativas diferentes daquelas que são susceptíveis de influir na pesquisa, na mera procura do conhecimento científico: daqui decorrem diferenças entre os dois usos dos inquéritos [6].

Na investigação científica, a distanciação em relação à realidade estudada exige em maior grau o recurso à *teoria* e à *metodologia,* que possibilitam um trabalho de *ruptura* com as intuições espontâneas dos agentes sociais, de *construção* e elaboração do objecto analisado (contra as ilusões do empirismo, que aceita a realidade concreta como «facto bruto») e de *verificação* sistemática e metódica [7]. Não significam estas observações que os inquéritos orientados para a intervenção pragmática não devam obedecer a critérios de rigor teórico e metodológico, mas afigura-se que estas exigências estão mais próximas das preocupações do cientista social do que das do técnico que procura resolver problemas sociais [8].

Outrossim, a explicação e interpretação dos factos sociais (sociologia) pressupõem o recurso mais frequente à teoria do que a simples descrição (sociografia), daqui resultando uma nova especificação do conceito «inquérito sociológico».

Finalmente, será a *sociologia* a ciência social a que mais nos referiremos ao tratar da metodologia do inquérito, o que não exclui, aliás, a possibilidade do uso em outras ciências dos procedimentos instrumentais a estudar.

D) Foi nosso propósito, ao elaborar este estudo, chamar a atenção para algumas dificuldades, e consequentes riscos de erros, na elaboração dos inquéritos, que exigem o recurso a pessoas qualificadas e atentas à competência necessária para se obterem resultados válidos: em suma, apontar para as indispensáveis *formação e vigilância metodológicas dos responsáveis por inquéritos.*

Estas exigências são impostas, não só pelo facto de os instrumentos de conhecimento das realidades sociais se deverem *adequar* a estas, como também pela regra da coerência interna dos procedimentos de investigação.

Outrossim, a utilização crescente de inquéritos na *pesquisa comparativa requer uma sistematização das normas que os guiam* [9].

À medida que se percorrem as várias fases do inquérito, será conveniente estar atento aos principais *erros* susceptíveis de se inserir em cada uma delas.

---

[6] Sobre a pesquisa activa na intervenção psicossociológica cfr. PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 854-886.

[7] Sobre estas operações, cfr. a obra de BOURDIEU, PASSERON e CHAMBOREDON *Le Métier de Sociologue* (bibl.).

[8] Sobre as diferenças entre «problema social» e «problema sociológico» e entre «técnicas sociais» e «ciências sociais» cfr. J. C. Ferreira de ALMEIDA, «Situação e problemas do ensino de ciências sociais em Portugal» (bibl.).

[9] A comparação de resultados de inquéritos diferentes pressupõe o uso de critérios metodológicos e técnicos coerentes entre si.

Tendo em vista a extensão do tema e os limites do presente estudo, seremos, no entanto, obrigados a concentrar a atenção em determinados estádios (designadamente, o *planeamento do inquérito*), apresentando apenas incidentalmente uma amostra muito reduzida dos problemas levantados em outros momentos. O planeamento é aliás uma fase fundamental que condiciona a qualidade das restantes, designadamente a análise dos resultados.

Convém observar, preliminarmente, que a inter-relacionação dos diferentes aspectos dum inquérito [10] faz que os desvios *(vieses)* produzidos num momento se repercutam nos outros, afectando, portanto, a validade dos resultados finais.

1.1 *Classificação dos principais métodos e técnicas empíricas de recolha e análise da informação social*

1.1.1 Métodos

Para se examinar em que consiste um inquérito, convém apresentar prèviamente um esquema dos principais instrumentos de análise empírica em sociologia.

Utilizaremos para isso um artigo de GREENWOOD (cfr. bibl.) sobre técnicas de pesquisa empírica, que seguiremos de muito perto. Advertimos, no entanto, que parece extremamente difícil elaborar uma classificação isenta de crítica, em virtude da conveniência de usar critérios distintos na identificação dos métodos, a fim de os compreender globalmente.

Para aquele autor, devem identificar-se três procedimentos lógicos de investigação empírica: *experimental,* de *medida* (ou análise extensiva) e de *casos* (ou análise intensiva).

A) De acordo com as suas definições, o primeiro — experimental — tem como objectivos a realização de observações e a recolha de dados, em ordem à comprovação da «existência de uma relação causal entre dois factores, de acordo com os cânones de indução de J. S. Mill». A experimentação exige a presença de dois conjuntos de unidades, controláveis quanto à sua semelhança através de diversos processos técnicos, conjuntos que se caracterizam pelo facto de num deles ocorrer algo que não se verifica no outro. O facto que surge num dos conjuntos (no «experimental») designa-se por «variável independente» ou «tratamento»; o facto que se segue a esta variável denomina-se «variável dependente»; o conjunto que não apresenta a variável independente é a «unidade de *contrôle*». As técnicas de *contrôle* da homogeneidade dos conjuntos quanto a eventuais variáveis parasitas permitem determinar a relação de causalidade entre as duas categorias de variáveis, pois possibilitam confirmar se a relação observada no conjunto experimental corresponde a uma *sequência temporal* e se *exclui outras causas* susceptíveis de igualmente produzirem efeitos diferenciais.

---

[10] As fases servem para ordenar a indagação e permitem clarificar a apresentação sucessiva dos problemas, mas a sua caracterização é muito variável segundo os autores.

As dificuldades do método consistem na sua aplicabilidade relativamente restrita no campo das ciências sociais, pelo menos na sua forma mais rigorosa e pura. A frequência com que o investigador tem de transigir com utilizações menos rigorosas prejudica naturalmente as suas qualidades [11].

B) O segundo método — continuando a seguir o autor citado — é o da *medida* (ou análise extensiva), que se traduz na «observação, por meio de perguntas directas ou indirectas, de populações relativamente vastas de unidades colocadas em situações reais, a fim de obter respostas susceptíveis de serem manejadas mediante uma análise quantitativa».

Quando as dimensões e a dispersão da *população* (também designada por «população-mãe», «universo», «massa» ou «conjunto») impedem a análise de todas as suas unidades, a pesquisa incide directamente sobre um subconjunto ou uma parte definida das mesmas — a *amostra* —, considerada representativa, de modo a *generalizar* posteriormente ao conjunto da população as conclusões obtidas mediante o exame da amostra [12]. Os aperfeiçoamentos que têm vindo a introduzir-se na teoria e na prática das sondagens permitem determinar e limitar o grau de incerteza dos resultados da extrapolação, o que possibilita a redução do custo que a análise de todos os elementos da população implicaria.

As exigências desta forma de análise quantitativa implicam a *estandardização* (ou sistematização) dos instrumentos de recolha das informações visadas pelo estudo, com vista à possibilidade de *comparação dos dados*. Exemplificando com uma das técnicas mais usuais englobadas nos métodos quantitativos — o *inquérito por questionário* —, verifica-se que o instrumento de colheita e registo de dados utilizado (neste caso, o questionário) é *estruturado* em termos de uniformizar (ou normalizar) a informação apurada, de modo que a realidades idênticas correspondam resultados idênticos e a realidades diferentes resultados distintos. Designadamente, a classificação das respostas (isto é, o agrupamento em categorias, ou *codificação* e a sua contagem só são possíveis se aquelas tive-

---

[11] Dadas as exigências técnicas da experimentação, esta só é normalmente possível numa escala espacial e numa dimensão temporal limitadas, o que restringe a importância dos problemas abrangidos; por outro lado, a passagem da microanálise à macroanálise suscita dificuldades bem conhecidas pelos investigadores; sobre a experimentação cfr. PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 834 e segs.; SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK (bibl.), pp. 128 e segs.

[12] Nos estudos que visam a *descrição*, a população-mãe é imposta: para se conhecer a percentagem de imigrantes em situação de desemprego, em ordem a formular uma generalização empírica, é necessário ter em conta a população concreta dos imigrantes. Nos estudos que visam *explicar* e *interpretar* as relações entre variáveis (hipóteses), a população pode ser seleccionada em termos de abranger apenas determinadas unidades do universo sociográfico concreto: se se pretende testar a hipótese de a integração do imigrante na sociedade depender da integração nos grupos primários, pode escolher-se uma população-mãe particular, no caso de se supor que o contexto específico não afecta as relações em causa; cfr., sobre este problema, SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK (bibl.), pp. 482 e segs. e 623-631; GREENWOOD (bibl.), pp. 327-329; BOUDON, *Les méthodes en sociologie* (bibl.), p. 47.

rem sido recolhidas através de questionários idênticos, uniformemente apresentados aos entrevistados e compreendidos da mesma forma por estes.

As vantagens do método de medida residem na sua *extensão* e na capacidade de generalização dos resultados apurados numa subpopulação [13].

Devem ser, no entanto, apontadas algumas limitações: a extensão pode dever-se ao sacrifício da análise *intensiva* das unidades observadas. O contacto com estas é normalmente rápido e não repetido. É certo que o painel, que é uma técnica de inquérito que visa detectar os factores determinantes de modificações (de comportamentos, atitudes, opiniões) sobrevindas no seio de uma população determinada, através de sondagens aplicadas a uma mesma amostra em períodos diferentes de tempo, obvia ao último inconveniente apontado; sucede, no entanto, como veremos adiante, que o painel levanta muitas dificuldades (custo elevado, «mortalidade» da amostra, influência das entrevistas repetidas sobre os respondentes). A estruturação rígida do instrumento de pesquisa de dados diminui a riqueza e profundidade do conteúdo da informação colhida; no caso dos questionários com perguntas fechadas, por exemplo, que facilitam a categorização das respostas, estas são mais superficiais; em contrapartida, as perguntas abertas suscitam dificuldades de classificação.

C) O terceiro método referido por GREENWOOD é o *estudo de casos* (ou análise intensiva), que consiste no «exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objectivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade». A unidade de observação pode ser um acontecimento, uma situação, um indivíduo, um grupo, um processo, uma decisão, uma instituição, etc.

Se a investigação do maior número possível de aspectos do caso particular (enquanto totalidade integrada, encarada sob perspectivas variadas) facilita a *intensidade* da análise e a compreensão profunda do facto social estudado, poderá dizer-se, em contrapartida, que a sua não estandardização favorece a excessiva dependência da capacidade e da equação pessoal do investigador e, consequentemente, tornam este instrumento difícilmente transmissível. Outra desvantagem é a sua incapacidade para generalizar com rigor as conclusões obtidas a classes mais amplas de factos.

D) Das considerações anteriores resulta a *complementaridade* dos defeitos e qualidades dos três tipos de procedimento

[13] Não desenvolveremos aqui as vantagens da quantificação em geral, que possibilita maior clareza e rigor na expressão e análise dos factos e das sua relações.

examinados, que devem ser combinados e utilizados (simultânea ou sucessivamente) pelo investigador, se os objectivos do estudo o requererem. No caso de domínios mal conhecidos, por exemplo, a observação qualitativa intensiva permite explorar pistas de pesquisa e revelar hipóteses, que poderão depois ser verificadas por meio de um inquérito quantitativo sobre amostra representativa ou mediante a experimentação, se as circunstâncias facilitarem a utilização deste último método.

Duas conclusões decorrem do exposto:

Os métodos devem adaptar-se aos objectivos da investigação e podem ser combinados em função das exigências impostas pela concretização daqueles.

Torna-se indispensável um grande *contrôle* crítico dos procedimentos metodológicos, das suas possibilidades e limitações, para que os instrumentos de pesquisa se adeqúem à realidade social visada; privilegiar a lógica interna do instrumento de análise pode conduzir a escamotear do campo de estudo um certo número de problemas importantes: deve ser feita, portanto, a sociologia das ciências sociais, tendente a evidenciar os condicionamentos sociais das práticas de produção dos investigadores.

1.1.2 Técnicas

A fim de nos aproximarmos progressivamente da noção de inquérito, apresentaremos agora um esquema das principais técnicas empíricas de recolha e tratamento da informação social, esquema que se afigura útil para a arrumação visualizada dos principais instrumentos de pesquisa, embora seja discutível (como aliás todas as classificações que conhecemos) [14].

Poder-se-ia objectar ao dispositivo proposto que não tem em conta a distinção fundamental entre métodos quantitativos e qualitativos; mas esta diferenciação é metodológica, e não técnica: a natureza do objecto de análise é que deverá determinar a escolha dos instrumentos de pesquisa [15]. O mesmo se dirá do método histórico, que utiliza diferentes técnicas de recolha de dados. Uma monografia, por outro lado, pode recorrer a uma combinação de

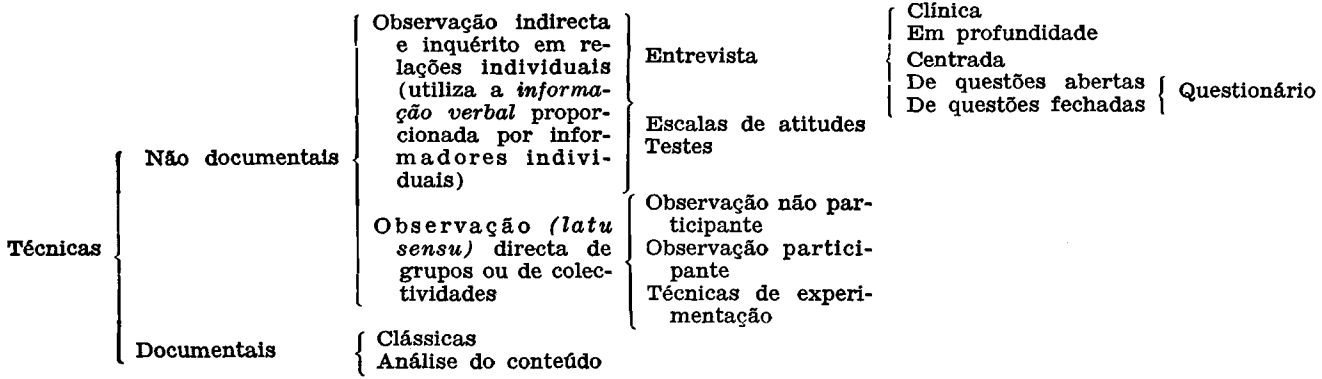
---

[14] O gráfico que se segue é inspirado na obra de PINTO e GRAWITZ (bibl.). Para a caracterização de cada técnica, cfr. aquele livro.

Note-se que o questionário enviado pelo correio escapa à classificação, na medida em que não se recorre à entrevista. Por isso dissemos que o esquema era discutível (porque não exaustivo e porque levanta problemas de sobreposição). Centrar-nos-emos, de preferência, nos *inquéritos por questionário,* mas deve observar-se que vários problemas metodológicos abordados são comuns a técnicas distintas.

[15] Um *inquérito por questionário* utiliza fundamentalmente métodos estatísticos, mas isto não exclui que o pré-inquérito recorra à observação qualitativa, por exemplo. As técnicas devem ser suficientemente maleáveis para se adaptarem aos objectivos do investigador, em cada uma das fases da pesquisa; cfr., *supra,* 1.1.1.

Classificação das técnicas



técnicas muito distantes: análise documental, observação directa de grupos, entrevistas. E o mesmo sucede com o estudo de casos, centrado sobre objectos particulares e anteriormente estudados, o qual pode recorrer à observação participante, à análise de documentos (biografias, correspondência, actas de reuniões, discursos), a entrevistas clínicas centradas, etc.

O recurso, por parte dos autores, a critérios distintos de classificação dos instrumentos de pesquisa (objecto estudado, lógica da análise, características da técnica particular, etc.) torna impossível apresentar um esquema unitário exaustivo que não seja discutível. Seria necessário recorrer a classificações distintas e sobreponíveis, em função dos critérios adoptados.

Convém, no entanto, recordando a exposição feita sobre métodos, diferenciar as técnicas que recorrem a processos de análise *intensiva,* isto é, que acumulam instrumentos de recolha de informação sobre um campo de objectos limitado e que se integram no método de estudo de casos, e as técnicas de análise *extensiva,* que incidem sobre um conjunto amplo de objectos comparáveis, o que exige uma *estandardização* das informações, de que um exemplo conhecido é a *sondagem de opinião,* que se baseia no inquérito duma amostra representativa da população, em ordem a obter uma formulação estatística dos resultados.

2. Formulação dos objectivos da pesquisa

É impossível elaborar a concepção geral do estudo sem se determinarem com precisão os fins visados, o campo de problemas abrangido, os resultados que se pretendem obter, em aproximações sucessivas.

Desta decisão fundamental irão decorrer as opções das fases seguintes, tanto metodológicas como tecnológicas.

Pretende-se um conhecimento *teórico* ou um estudo *prático?* A simples *descrição* ou a *interpretação?* O conhecimento objectivo (a *análise*) ou a *intervenção* activa na realidade social? A análise extensiva ou a intensiva? Uma recolha de informação limitada a um período determinado de tempo ou repetindo-se em períodos sucessivos? Deseja-se observar comportamentos (de consumo, de produção, de distribuição, de tempos livres) ou analisar opiniões? Opiniões sobre que tipo de problemas: políticos, económicos ou culturais? Qual é o campo de objectos (indivíduos, problemas, etc.) que se quer abranger no estudo?

Deste enunciado exemplificativo de perguntas se depreende imediatamente a concatenação estreita dos objectivos e dos meios da investigação, da «estratégia» e da «táctica»: os instrumentos devem ser correctamente utilizados, isto é, devem *adequar-se* aos fins do estudo. Do mesmo modo, a realização dos objectivos depende dos *meios disponíveis:* tempo, recursos financeiros, número e qualificação dos colaboradores na pesquisa, possibilidades de acesso a fontes de informação, etc.

A imprecisão na definição dos fins da pesquisa será o primeiro erro a ter em conta na preparação do estudo.

3. Escolha do método adequado

A) A natureza da informação pretendida condiciona as opções metodológicas e tecnológicas a fazer.

Os métodos quantitativos são inadequados ao estudo de fenómenos únicos, às análises de sociologia histórica ou do funcionamento de sociedades restritas: a análise qualitativa será, nestes casos, apropriada.

Importa observar, no entanto, que a extensão do campo coberto por um estudo quantitativo e o custo da análise, que deve ter em conta os limites orçamentais, engendrarão provàvelmente uma limitação da riqueza e da profundidade da informação colhida.

Do mesmo modo, como vimos atrás, um estudo de casos permite uma observação intensiva dum campo limitado de fenómenos, mas levanta dificuldades na generalização das conclusões apuradas.

Por outro lado, um *inquérito extensivo por questionário* sobre uma amostra representativa da população deverá excluir do seu âmbito a possibilidade de recolher informação relativa a determinados aspectos de que os indivíduos interrogados *não são conscientes* [16]. Um questionário fechado não poderá sobrelevar os limites impostos pelo que os inquiridos *puderem, souberem* e *quiserem* responder.

Como escrevem BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, «o questionário pressupõe todo um conjunto de exclusões: para saber estabelecer um questionário e saber o que fazer dos factos por ele produzidos é necessário conhecer o que o questionário produz, isto é, entre outras coisas, aquilo que ele não pode alcançar». É indispensável, portanto, «discernir metòdicamente as declarações de intenção, as acções e as declarações de acção, que podem estabelecer com o comportamento real relações que vão do exagero valorizante ou da omissão por preocupação com o segredo às deformações, às reinterpretações e mesmo aos esquecimentos selectivos». E os autores citados, depois de salientarem a utilidade metodológica da *observação sistemática dos actos e objectos culturais,* que em muitas circunstâncias é mais adequada do que o inquérito por questionário, continuam: «o questionário é apenas um dos instrumentos da pesquisa: as suas vantagens metodológicas, como, por exemplo, a aptidão para recolher dados homogéneos igualmente susceptíveis dum tratamento estatístico, não devem dissimular os limites epistemológicos; assim, não só não constitui a técnica mais económica para apreender os comportamentos normalizados, cujos processos rigorosamente regulados são altamente previsíveis e podem, por conseguinte, ser apreendidos graças à observação sistemática ou à interrogação atenta de alguns informadores privilegiados, como conduz, nos seus usos mais ritualizados, a ignorar este aspecto dos comportamentos e até a desvalorizar o projecto de os captar.» [17]

---

[16] Pensamos nos mecanismos inconscientes de defesa, estudados por FREUD (fuga, racionalização, projecção, recalcamento, etc.).

[17] BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON (bibl.), pp. 72-73.

B) A discussão aqui apresentada está associada com a controvérsia clássica nas ciências sociais entre os *etnólogos,* que privilegiam a *observação sistemática* dos actos e objectos culturais, e os *psicólogos,* que tendem a atribuir maior importância à *inquirição por entrevista,* aos processos de comunicação verbal. Afigura-se-nos que tudo dependerá, em última análise, dos *objectivos* que o investigador se propõe alcançar.

Os factos sociais são *complexos* e é indispensável estudá-los sob *perspectivas diferentes,* se se pretende obter uma visão *global;* por outro lado, os instrumentos de análise devem ser correctamente usados, de forma a *adequarem-se* à realidade.

C) É conhecida a distinção entre as *sociedades de interconhecimento* (por exemplo, a sociedade rural tradicional), caracterizadas pelo conhecimento global de todos ou, pelo menos, da maior parte dos aspectos e relações dos indivíduos entre si, a natureza predominantemente pessoal das relações, a fraca diferenciação dos papéis sociais, complexos e atribuídos, a pressão social dos grupos, a importância da tradição e das normas ritualizadas, e as *sociedades de massa* (por exemplo, a sociedade urbana industrial), em que o interconhecimento é parcial e fragmentário, as relações funcionais, os papéis sociais mais frequentemente especificados e adquiridos, a diferenciação mais sensível e a expressão da *opinião pessoal* menos dificultada.

Ao primeiro tipo de sociedade ajustar-se-ão melhor técnicas de *observação metódica;* ao segundo será possível, em princípio, aplicar *sondagens de opinião* [18].

Se pensarmos, no entanto, que entre os meios não urbanos dos países altamente industrializados e com grande tradição de inquéritos frequentes e os ambientes urbanos dos países subdesenvolvidos, onde os inquéritos são raros, as diferenças se esbatem parcialmente, concluiremos que o instrumento de pesquisa se deve adaptar, em qualquer caso, às características do objecto sociológico que irá analisar. É este um outro princípio a ter em conta, na *prevenção dos erros desta fase*: *as opções metodológicas e técnicas deverão moldar-se aos objectivos da investigação*; e só o especialista conhecedor das *características da sociedade,* das *possibilidades* e das *limitações* de cada um dos utensílios de pesquisa estará em condições ideais para esclarecer aquelas escolhas. Nem todo o uso operatório de instrumentos técnicos é científico: a problematização teórica do objecto de análise sociológica é indispensável a uma prática de pesquisa rigorosa.

---

[18] Para desenvolvimento das características dos dois tipos de sociedade, cfr., entre outras obras, MENDRAS (bibl.), vol. I, cap. VII.

Deve observar-se que a sociedade rural tradicional e a sociedade urbana industrial poderão constituir exemplos das duas categorias, sem que a correspondência seja, no entanto, total. Outrossim, as características apontadas são tendenciais, e não absolutas; pense-se, por exemplo, na interacção dos dois tipos.

3.1 *O inquérito por questionário: características, limitações e técnicas suplementares*

A) Já ficaram anteriormente apontadas algumas características, possibilidades e limitações do inquérito por questionário, que corresponde ao mais estruturado e rígido dos tipos de entrevista [19]. Importa, no entanto, examinar ràpidamente a natureza das outras categorias de entrevista, pois isso permitirá mostrar a qualidade de informação que permitem apurar, por oposição ao questionário.

A *entrevista clínica,* de objectivo terapêutico, usada, por exemplo, na psicoterapia e na psicanálise, é caracterizada pelo grau maior de liberdade na comunicação verbal e um nível de profundidade, complexidade e riqueza informativa muito mais acentuado, permitido pela ampla duração e pela repetição frequente, bem como pelo facto de ser centrada na pessoa entrevistada.

A *entrevista em profundidade* [20], ao contrário da primeira, tem um domínio mais limitado e sugerido pelo entrevistador e não tem obrigatòriamente objectivos terapêuticos: é o caso das pesquisas de motivação (disposições profundas e selectivas que orientam o comportamento dos indivíduos).

A *entrevista centrada* («focused interview») tem já um quadro de hipóteses sobre um tema preciso na sua base e o entrevistador conduz a comunicação no contexto dos problemas a tratar e das informações a obter (que interessam mais do que a pessoa do respondente), embora o entrevistado mantenha, dentro destes limites, liberdade de resposta. É frequentemente utilizada para apurar as reacções dos indivíduos aos estímulos dos meios de comunicação de massa, por exemplo.

As *entrevistas de questões abertas,* em que as perguntas são prèviamente programadas e devem ser feitas segundo uma *forma* e uma *ordem* estipuladas (previstas no questionário), mas em que o entrevistado pode responder livremente no quadro das questões formuladas, e as de *questões fechadas,* em que o entrevistado tem de escolher entre uma lista tipificada de respostas, constituem os dois outros tipos de entrevistas [21].

---

[19] O questionário auto-administrado (enviado pelo correio, por exemplo) exclui a entrevista (ou comunicação oral entre inquiridor e inquirido). Aplicam-se-lhe, no entanto, muitas das considerações que a seguir faremos.

[20] Pode inserir-se a *entrevista não directiva,* técnica elaborada por ROGERS no campo da psicoterapia e estendida depois ao campo psicossocial, como uma modalidade deste tipo. Visa possibilitar a autopercepção do indivíduo e exige uma grande disciplina do entrevistador na abstenção de comentários e na disponibilidade empática, em ordem a obter uma grande liberdade na expressão do entrevistado.

[21] Em rigor, haveria ainda que considerar uma categoria mista entre estas duas — a de questões de *resposta prevista,* em que o entrevistado tem de se subordinar à lista de respostas, mas uma delas é livre («outra resposta eventual», por exemplo).

B) Estas duas últimas categorias correspondem aos casos em que se usa um *questionário* [22]. Dada a natureza deste último, que supõe uma formulação e ordenação rígida de perguntas, respostas de conteúdo relativamente limitado, pouca liberdade dos intervenientes na entrevista, geralmente única [23], e uma polarização na resposta (e não na personalidade do entrevistado), em ordem a obter informação útil para o *contrôle* do quadro de hipóteses do investigador, verifica-se que é uma técnica adequada ao estudo extensivo de grandes conjuntos de indivíduos, por sondagem duma amostra representativa, mas o nível de profundidade da informação é relativamente mais limitado do que nos casos anteriormente estudados.

Na interacção inquiridor-inquirido, diversos factores podem, além disso, perturbar a validade dos resultados obtidos: bastará pensar nos conhecidos *mecanismos inconscientes de defesa* (fuga, racionalização, projecção, introjecção, identificação, recalcamento, esquecimento selectivo, etc.), na dissimulação da verdade quanto a certos problemas melindrosos (sexuais, religiosos, políticos, económicos), nas considerações de prestígio, nas respostas de cortesia para agradar ao entrevistador [24], nos exibicionismos fabuladores, na falta de atenção nas respostas.

C) Todos estes mecanismos têm sido estudados pelos investigadores, que procuram analisar o *significado* das respostas *para além* do seu sentido imediato, aparente e consciente para o entrevistado, de forma a superar as reacções tendentes a prejudicar a validade dos resultados [25].

Entre os instrumentos de uso possível na superação das dificuldades referidas devem mencionar-se as chamadas *técnicas de análise indirecta da comunicação,* de que as mais conhecidas são as seguintes:

As *escalas de atitudes*, instrumentos de ordenação ou de medida da intensidade das atitudes [26].

---

[22] Sobre a natureza dos diferentes tipos de entrevista cfr. PINTO e GRAWITZ (bibl.), pp. 590 e segs.; E. MORIN, «L'interview dans les sciences sociales et à la radio-télévision» (bibl.), pp. 59 e segs.

[23] Veremos adiante que em certos casos pode ser repetida (painel); cfr., *infra,* 6.3.3.

[24] Esta reacção é muito frequente em certos países da Asia; cfr. os artigos de WILSON, ARMSTRONG e JONES na *Revue Internationale des Sciences Sociales,* XV, 1963, n.º 1 (número consagrado ao estudo das opiniões nos países em vias de desenvolvimento).

[25] As questões metodológicas relativas à *análise do discurso* têm sido frequentemente iludidas por certas práticas empíricas; afigura-se-nos que se trata dum tema que exige, para sua correcta equacionação, o recurso a instrumentos oriundos de campos epistemológicos como a *semiologia,* a *psicanálise,* a *teoria da informação,* a *antropologia,* a *lógica formal,* a *linguística,* etc.

Entre as análises de discursos que devem ser referidas como exemplares contam-se as pesquisas de LÉVI-STRAUSS sobre as mitologias, de R. BARTHES sobre o sistema da moda, de BOURDIEU sobre os trabalhadores na Argélia, de DUVIGNAUD sobre Chebika e de MORIN (bibl.).

[26] Entre as mais elaboradas contam-se as de THURSTONE, LICKERT, COOMBS, GUTTMAN (análise hierárquica) e LAZARSFELD (análise da estrutura

Os *testes psicológicos,* que permitem apurar, também de forma indirecta, certas características dos indivíduos (aptidões, conhecimentos, inteligência, personalidade), mediante o *contrôle* do conjunto das suas reacções a determinados estímulos estudados pelos investigadores [27].

Técnicas como as mencionadas permitem, pela sua maior elaboração, suprir algumas deficiências do inquérito extensivo por questionário, quando os objectivos do estudo compreendam também a investigação intensiva de determinadas variáveis psicológicas mais complexas. Neste caso, constituem instrumentos complementares muito úteis para alcançar *informação* que não seja possível obter através de simples inquérito.

O mesmo se pode dizer das entrevistas centradas e em profundidade, que são frequentemente aplicadas a uma amostra restrita, no *pré-inquérito,* para exploração de hipóteses e variáveis, e na fase final do inquérito, para aprofundar problemas particulares não esclarecidos pela análise dos resultados.

4. Aplicações dos inquéritos

A) O inquérito por questionário só deve ser utilizado quando a informação pretendida não puder ser mais rigorosamente e menos dispendiosamente obtida por outros meios: informação directamente obtida junto de entidades competentes, análise documental (arquivos públicos, publicações administrativas, estatísticas disponíveis, imprensa, literatura, documentos privados, bibliografia, objectos técnicos e culturais, desenhos, fotografias, filmes, gravações e outros registos, relatórios de inquéritos ou estudos), outras fontes de dados, etc. [28]

O primeiro problema que neste caso se levanta é o da *análise crítica das fontes,* dos processos de recolha e tratamento da informação usados (e, no caso das estatísticas, da definição dos dados),

---

latente). A elaboração das escalas, algumas das quais recorrem a técnicas de construção matemática muito precisas, obedece ao objectivo de apurar um conjunto de proposições escalonadas antecipadamente formuladas, de tal forma que a combinação das respostas constitua uma série de indicadores fidedignos da intensidade da variável psicológica (neste caso, atitudes) que se quer analisar.

[27] Um exemplo muito interessante é o dos *testes projectivos,* que permitem interpretar certas reacções cujo significado escapa ao indivíduo, mediante a utilização de mecanismos inconscientes de projecção especular (o indivíduo reencontra na imagem de outrem as características que julga suas), catártica (o indivíduo atribui aos outros as características que recusa como suas), complementar (atribuição a outrem de atitudes e sentimentos justificativos dos que lhe são próprios), temática (no teste T. A. T., em que se completam histórias e se interpretam desenhos e fotografias) e estrutural (teste de RORSCHACH, baseado na interpretação de manchas de tinta).

[28] Sobre as técnicas de análise documental e as fontes de documentação cfr. PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 411 e segs.

a fim de assegurar a veracidade, a autenticidade, a validade de interpretação e a comparabilidade dos dados [29].

A *análise secundária,* ou seja, a pesquisa sobre informação anteriormente recolhida e conservada, utilizada depois para outros fins além daqueles que determinaram a sua recolha, pressupõe naturalmente a estandardização dos dados e a garantia das condições metodológicas e técnicas da sua obtenção e registo.

O *contrôle* crítico das fontes de dados justifica-se também porque os objectivos e meios da *contabilidade social* existente podem ser muito diferentes daqueles que caracterizam a investigação sociológica.

Se o investigador, depois de proceder à crítica das fontes, concluir que pode alcançar os fins da pesquisa sem ter de recorrer à realização de um inquérito específico, reelaborará a informação disponível de acordo com os seus próprios objectivos [30].

Na caso de material documental, a necessidade de explorar com rigor e intensivamente a informação nele contida tem conduzido ao aperfeiçoamento de técnicas precisas de análise estandardizada e sistemática de comunicações, agrupadas sob o nome de *análise de conteúdo* [31].

Importa observar que os dados administrativos da contabilidade social disponível (que, aliás, em muitos casos, são obtidos através de inquéritos) nem sempre permitem apurar a informação requerida pelo investigador.

Em primeiro lugar, sucede frequentemente as fontes não serem acessíveis e os resultados obtidos não estarem à disposição do público e dos estudiosos. Além disso, a contabilidade socioeconómica não é suficientemente particularizada para satisfazer toda a procura de dados [32].

---

[29] Escreve BOUDON: «Halbwachs observa que é necessário interpretar prudentemente o facto de a taxa de suicídio da mulher aparecer nas estatísticas inferior à do homem. Com efeito, os modos de suicídio repartem-se diferentemente segundo os sexos: a mulher recorre mais frequentemente ao afogamento. Ora é mais fácil dissimular um suicídio por afogamento do que um suicídio com arma de fogo.» (*Les méthodes en sociologie,* p. 38 [bibl.]).

[30] Como exemplo de pesquisa baseada na reelaboração de estatísticas disponíveis e de dados de um inquérito já feito, cfr. A. SEDAS NUNES, *A Situação Universitária Portuguesa* (bibl.).

[31] Sobre a análise de conteúdo cfr. PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 447-489; DAVAL (bibl.), I, cap. VI; FESTINGER e KATZ (bibl.), II, cap. X; BERELSON, *Content Analysis in Communication Research,* Glencoe, The Free Press, 1952; NORT e HOLSTI, *Content Analysis,* Evanston, Northwestern University Press, 1963; PIAULT, *Recherche en analyse de contenu et exploitation à l'aide d'ordinateurs,* Paris, documento policopiado, 1963; *Bulletin du Centre d'Études et de Recherches Psychotechniques,* Paris (3), 16, 1967; *Bulletin de Psychologie,* Paris, 20, 1967; *Psychologie Française,* Paris, 13 (1), 1968; *Langages,* Paris, 11, 1968.

Sobre as técnicas de tratamento automático da informação científica cfr. GARDIN, *Économie générale d'une chaîne documentaire mécanisée,* Paris, Gauthier-Villars, 1967.

Como exemplo de análise de conteúdo, cfr. Maria de Fátima BIVAR (bibl.).

[32] O problema agrava-se naturalmente nos *países pouco desenvolvidos com estatísticas deficientes.* Nestes casos corre-se também o risco de as

Exemplifiquemos: suponhamos que se pretende fazer um estudo que relacione o número de aparelhos electrodomésticos de certo tipo adquiridos durante um ano pelo público e certas características socioeconómicas dos consumidores. À partida da indagação será talvez possível apurar o número de aparelhos vendidos, por um lado, e as características socioeconómicas da população do País, por outro. Mas será normalmente impossível cruzar as duas categorias de informação (ventilação dos aparelhos comprados por categorias socioeconómicas, que pode constituir uma informação muito útil para certos objectivos) sem um inquérito específico.

Um outro exemplo: deseja-se conhecer a origem geográfica dos estudantes universitários e o ramo de ensino por eles escolhido, variáveis que se pretendem relacionar numa indagação sobre a situação dos estudantes num país. As estatísticas existentes poderão fornecer dados sobre a naturalidade por distrito dos alunos e sobre os cursos frequentados, mas, se não forem muito pormenorizadas, não permitirão provàvelmente apurar elementos sobre estas duas variáveis cruzadas (repartição dos estudantes de cada curso por origem geográfica).

Um último exemplo: se a informação administrativa dum certo país permitir conhecer, para um conjunto de circunscrições eleitorais, as percentagens de votos a favor de certos partidos, por um lado, e a percentagem de operários e de outras categorias socioprofissionais, no conjunto da população dessas circunscrições, por outro, será, no entanto, normalmente impossível deduzir o número de votos recebidos por cada partido em relação a cada categoria socioprofissional. Impõe-se, neste caso, apurar a repartição de votos por categoria socioprofissional, mediante um inquérito específico [33].

Os exemplos permitem evidenciar, por outro lado, a vantagem que haveria na *colaboração entre os diversos institutos (administrativos, de pesquisa, etc.) com responsabilidades na recolha e análise da informação social* com vista a desenvolver a contabilidade dum país [34].

---

estatísticas existentes não serem de confiança, o que levanta a dificuldade já referida anteriormente, da *crítica das fontes*.

[33] As observações de origem administrativa tomam geralmente as unidades colectivas (geográficas, por exemplo) como base de recolha da informação: os dados estatísticos assim obtidos são *agregados*, de tal modo que a inferência das propriedades individuais suscita os problemas metodológicos conhecidos da chamada *análise ecológica;* cfr. BOUDON e LAZARSFELD, *L'analyse empirique de la causalité,* secção V (bibl); DOGAN e ROKKAN (eds.), *Quantitative ecological analysis in the social sciences,* Cambridge (Mass.), The M. I. T. Press, 1969; BORGATTA (bibl. [texto de D. S. CARTWRIGHT]).

[34] Um caso muito simples possibilita a demonstração desta proposta: é conhecida a importância do estudo da *origem social dos estudantes*. A origem social pode ser definida através de vários indicadores (naturalidade geográfica, profissão dos pais, níveis de instrução e rendimentos do agregado familiar, etc.). O aproveitamento das fichas de inscrição preenchidas pelos estudantes permitiria a publicação de estatísticas periòdicamente actualizadas sobre os dois primeiros indicadores, por exemplo; o aperfeiçoamento das estatísticas educacionais seria, portanto, viável neste campo. Do mesmo modo, a introdução de certas questões nos inquéritos do I. N. E. possibilitaria análises sobre *estratificação* e *mobilidade* na sociedade portuguesa.

Para além das questões anteriormente mencionadas, pode dizer-se também que, se o investigador quiser trabalhar sobre *dados psicológicos* (atitudes, opiniões, expectativas, intenções, preferências, traços de carácter, aspirações, inclinações, planos de acção, motivações), não encontrará provàvelmente fontes de informação disponíveis sobre estes elementos na contabilidade social de origem administrativa, a menos que se tenham realizado anteriormente inquéritos sobre estes problemas. A institucionalização de centros de sondagem, que recolhem informações de natureza objectiva e subjectiva, permite superar aquela dificuldade.

A procura crescente de informação social, aliada ao progresso das técnicas de recolha, preparação e tratamento dos dados, que se devem à informática, permite esperar que a colaboração e a renovação institucional dos organismos responsáveis neste campo (centros de pesquisa, universitários e outros, serviços estatísticos, institutos de sondagens, públicos e privados, etc.) definam estratégias de investigação mais adequadas às necessidades sentidas [35].

A utilização crescente de inquéritos na *pesquisa comparativa* requer uma sistematização das práticas seguidas, com vista a assegurar a sua validade científica.

B) Os inquéritos podem ser usados para a concretização de dois tipos de objectivos:

Progresso do conhecimento e análise científicos.
Intervenção na realidade social.

No que respeita ao primeiro ponto, representam uma das técnicas empíricas de recolha e tratamento de dados mais frequentemente usadas nas ciências sociais.

Qualquer sociólogo, pela sua qualidade de homem integrado e actuante numa sociedade, dispõe naturalmente duma imagem espontânea e intuitiva da realidade social que o cerca. Mas essa imagem, que corresponde à percepção imediata da sua relação com os outros, indispensável à inserção social e às exigências da acção prática, *não é ainda ciência.* Na medida em que, por exemplo, aquela percepção inverta, oculte, desloque ou condense as determinações dos vários sistemas (níveis político, económico, cultural, etc.) que integram uma formação social, definir-se-á como *ilusão* ou como *ideologia.* E isto é tanto mais frequente quanto é certo que as causas e as consequências dos comportamentos dos agentes sociais escapam frequentemente às suas consciências [36].

---

[35] A colaboração de cientistas sociais de origens muito diferentes (demógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, politicólogos, etc.) no aproveitamento e análise de dados de inquéritos e da contabilidade social, designadamente na análise secundária dos elementos documentais, tem evidenciado as implicações teóricas e metodológicas do uso de certos instrumentos de pesquisa; cfr. a constituição cada vez mais frequente de bancos de dados e as comunicações apresentadas às conferências internacionais sobre análise secundária de 1962, 1963 e 1969.

[36] O princípio da não consciência explica que as racionalizações (razões dadas pelo actor social para justificar os seus comportamentos) não corres-

Tendo a ciência como objectivo fundamental o conhecimento, ela será obrigada a um trabalho de *ruptura* no interior dum campo ideológico; ruptura que poderá servir-se de diferentes tipos de mediações: conceptualização, observação sistemática, experimentação; mediações que tenderão a contestar as falsas evidências da vida quotidiana.

Os instrumentos de que o sociólogo se serve no seu trabalho poderão ser de diversas ordens: reflexão teórica, métodos quantitativos, métodos qualitativos, etc. Mas deverão obedecer, em qualquer caso, a critérios de *rigor,* adequação ao real, coerência interna, sistematização: uma análise metódica e segura, uma prática de investigação exigente e séria.

É dentro destas coordenadas que se insere o inquérito sociológico, que deve obedecer a um plano rigoroso de obtenção e tratamento de dados, preventor, tanto quanto possível, de erros nas suas diversas fases de lançamento [37].

C) No que respeita ao segundo ponto focado — intervenção na realidade social —, decorre lògicamente das *aplicações possíveis das ciências sociais:* tendo em conta a evolução rápida das formações económico-sociais e a necessidade crescente de *informação* para o esclarecimento do contexto e das incidências das decisões a tomar num âmbito crescente de campos, pode prever-se que os inquéritos tenderão a desenvolver-se progressivamente, em domínios variados: sondagens e recenseamentos económicos e sociais sobre problemas de interesse colectivo, cada vez mais pormenorizados e aprofundados (população, agricultura, indústria, serviços, etc.), planeamento económico e social (planos de fomento, saúde, educação, cultura, mão-de-obra, políticas de rendimentos e de segurança social, sindicalismo, desenvolvimento urbano e rural, desequilíbrios regionais e sectoriais), pesquisas industriais e comerciais (testes de produtos, inquéritos de mercado comercial, de distribuição e mercado industrial), meios de comunicação de massa (rádio, televisão, imprensa), sondagens da opinião pública, etc. [38]

O principal interesse dos inquéritos extensivos quantitativos reside no facto de recolherem e tratarem a *informação* de forma *estandardizada,* com vista a assegurar a *comparabilidade* dos elementos apurados (dados sobre indivíduos, grupos, instituições, sociedades e outros tipos de unidades). No caso das sondagens sobre amostra representativa, a possibilidade de extrapolar as conclusões obtidas sobre a amostra ao conjunto da população, com um grau de erro determinável e redutível mediante certas técnicas, permite

---

pondem muitas vezes às determinações reais da sua acção; cfr. BOURDIEU (bibl.), pp. 35-42.

[37] Sobre as relações entre teoria e pesquisa empírica cfr. A. SEDAS NUNES, *Introdução às Ciências Sociais* (bibl.), pp. 205-217 e 242-254; J. C. Ferreira de ALMEIDA (bibl.); STINCHCOMBE (bibl.), cap. II.

[38] Para um exame de algumas das principais aplicações das técnicas de inquérito por sondagem cfr. J. ANTOINE (bibl.); NOELLE (bibl.).

Sobre o problema mais geral das relações entre as ciências sociais e a política da ciência cfr. O. C. D. E. (bibl.).

outrossim diminuir o custo da pesquisa em relação às investigações exaustivas.

5. Fases do inquérito e vigilância metodológica

A) Definidos os objectivos da pesquisa e feitas as escolhas do método e da técnica (ou das técnicas), o investigador, no caso de optar por um inquérito por questionário, deve ter presentes as principais fases da sua preparação e realização:

1) *Planeamento do inquérito,* abrangendo a delimitação dos *objectivos específicos,* a formulação das *hipóteses,* a construção do *plano de observação* dos diferentes *dados,* a definição das *variáveis* e das suas *relações* e a escolha da *população* e da *amostra.*
2) *Preparação do instrumento de recolha de dados* (questionário, guia de entrevista), que permite traduzir os objectivos específicos numa linguagem acessível às unidades da amostra; a *forma* e a *ordem* das perguntas devem ser cuidadosamente estudadas e ensaiadas mediante um *pré-teste.*
3) *Trabalho no terreno:* no caso de se recorrer a entrevistas, os responsáveis pelo inquérito devem *seleccionar* e *formar* os entrevistadores e *controlar* a validade do seu trabalho de campo; no caso dos questionários enviados pelo correio, devem cuidar das características gráficas, da introdução, dos problemas materiais do envio e devolução, para além da atenção dada à redacção das questões, anteriormente mencionada.
4) *Análise dos resultados:* compreende o «*contrôle*» *da amostra efectivamente atingida* em relação à visada no planeamento, a *codificação das respostas,* a transposição dos dados para *fichas* (ou cartões), a leitura e *apuramento da informação* e o *tratamento* desta (manual ou automático), em ordem a controlar o sistema de hipóteses previsto no planeamento; nesta fase devem ser revistas a validade e a fidelidade dos instrumentos de análise e dos resultados e extraídas as *conclusões essenciais da investigação* [39].

---

[39] As técnicas de emprego de *ordenadores* (ou computadores) permitem acelerar extraordinàriamente a contagem (tabulação), ventilação (elaboração de quadros de percentagens e de cruzamento de variáveis) e tratamento dos resultados, além de possibilitarem a elaboração de planos de inquérito muito mais complexos: cfr. J. ANTOINE (bibl.), pp. 240-264. Pode ver-se uma excelente exposição dos princípios fundamentais dos ordenadores e da sua utilização na investigação no livro de H. BORKO, *Computer applications in the behavioral sciences,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1962; cfr. também FONT, *Les ordinateurs,* Paris, Gallimard, 1968; BOUDON, FURET, LADURIE e MITTERAND (bibl.).

5) *Apresentação dos resultados:* o relatório do inquérito deve resumir as fases principais da sua preparação e realização, apresentar e comentar claramente os resultados, mediante quadros e gráficos correctos, relacionar os dados apurados com a fase do planeamento, indicar e justificar os cálculos, métodos e técnicas utilizadas e formular as hipóteses, no caso de as previstas no plano inicial não terem sido verificadas.

Como anteriormente se indicou, as fases sucessivas do inquérito constituem uma cadeia de operações estreitamente *inter-relacionadas:* a análise dos resultados está estreitamente dependente do *planeamento;* a codificação das respostas pode ser, em parte, prevista e preparada antes do trabalho de campo. As primeiras opções da pesquisa determinam decisivamente os estádios finais, devendo *antecipar* os problemas que virão a surgir [40]; do mesmo modo, as decisões tomadas em cada momento devem ser *coerentes* com as operações anteriores [41].

B) Torna-se indispensável uma grande vigilância em cada uma das fases, de forma a evitar todos os *erros* e desvios (vieses) susceptíveis de afectar a validade dos resultados. Para se fazer uma ideia daquela necessidade, apresentamos uma pequena lista de erros respeitantes a alguns dos momentos principais do inquérito [42]:

Planeamento: imprecisão na delimitação dos objectivos e do campo de problemas abrangido e no inventário dos recursos disponíveis; pré-inquérito inexistente ou superficial (hipóteses e variáveis mal formuladas ou orientadas pelos preconceitos apriorísticos do inquiridor); imprecisão na definição da população; população não adaptada aos objectivos (excessivamente larga ou restrita ou não caracterìsticamente significativa); amostragem não representativa (erros na definição dos critérios de classificação e escolha dos indivíduos, na técnica de cálculo, insuficiência estatística da dimensão da amostra); não distinção das exigências dos planos de observação descritivos e

[40] Sucede por vezes chegar-se ao termo de um inquérito e não se poder resolver uma dificuldade imprevista no momento da sua preparação, designadamente por não se ter recolhido oportunamente informação indispensável à concretização dos seus objectivos.

[41] Se o entrevistador, por exemplo, não respeitar escrupulosamente o plano de amostragem ou a forma e ordem das perguntas que compõem o questionário, a validade dos resultados será forçosamente prejudicada.

[42] Relembra-se ainda o indispensável *contrôle* metodológico, no que se refere à formulação precisa dos objectivos da pesquisa, às opções do método e da(s) técnica(s), de forma a assegurar a adequação correcta dos instrumentos de investigação ao domínio estudado.

explicativos [43]; não distinção dos planos de análise atomísticos e contextuais [44].

Preparação do instrumento de colheita de dados: má redacção das perguntas (incompreensíveis, tendenciosas, desencadeadoras de reacções de defesa, etc.); ordenação errada, inadequação das questões em relação à informação pretendida; indiferenciação dos instrumentos em relação aos dados procurados (opiniões, atitudes, etc.).

Pré-teste: ensaio do questionário em indivíduos não pertencentes à população do inquérito; ensaio feito sem ser através de entrevista (esta permite detectar melhor os defeitos de cada pergunta e as reacções do respondente); não supressão das perguntas que se revelam inúteis e não integração das questões esquecidas que o ensaio demonstre serem relevantes; forma e ordem das perguntas não corrigidas, apesar dos eventuais erros manifestados no pré-teste.

Trabalho no terreno: o entrevistador não é fiel ao plano de amostragem ou ao questionário; deformações resultantes da relação defeituosa entre entrevistador e respondente; imprevisão das modalidades de devolução, no caso do questionário enviado pelo correio.

«Contrôle» da amostra efectivamente atingida: os inquiridores não têm em conta o número de questionários não devolvidos e o número de não respostas ou não se preocupam em determinar as razões de tais factos.

Codificação (estabelecimento das categorias típicas em que as respostas devem ser integradas e inserção de cada resposta no respectivo tipo): interpretações subjectivas e deformadoras do codificador, não corrigidas por uma discussão colectiva dos responsáveis por aquelas operações que permita apurar o verdadeiro significado das respostas e as categorias realmente mais importantes.

Análise dos resultados: análise superficial, exploração insuficiente dos resultados, minimização das conclusões contrárias aos pressupostos pessoais do inquiridor.

Apresentação dos resultados: inexistência de relatório, não indicação dos métodos usados nem das suas justificações, etc.

---

[43] Sobre os níveis de pesquisa cfr. A. SEDAS NUNES, *Introdução às Ciências Sociais* (bibl.), pp. 211-217; J. C. Ferreira de ALMEIDA (bibl.); GREENWOOD (bibl.), pp. 327-329; PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 285 e segs.; MENDRAS (bibl.), vol. I, pp, 11-12.

[44] Cfr. sobre esta matéria BOUDON e LAZARSFELD, *L'analyse empirique de la causalité* (bibl.), secção IV.

Importa evitar todos os desvios susceptíveis de afectar cada uma das fases, para garantir os objectivos seguintes:

A pertinência dos instrumentos de pesquisa em relação à informação desejada e dos dados procurados quanto aos objectivos do inquérito.

A adopção dum método adequado à realidade que se pretende analisar e o uso correcto das técnicas escolhidas [45].

A obtenção de informações estandardizadas, para permitir a comparação entre os resultados obtidos sobre cada unidade abrangida no inquérito quantitativo.

C) A análise do sistema de relações mais importantes entre as variáveis dum inquérito implica um vaivém constante entre os dados, indicadores e as hipóteses; nos inquéritos não meramente sociográficos tornar-se-á indispensável a explicitação dos conceitos e dos fundamentos teóricos. Deverão ser tomadas, portanto, as decisões adequadas à *ruptura* teórica contra a ilusão do saber imediato, à *construção* do objecto *científico* (a fim de superar o nível empírico dos objectos concretos) e à preparação do sistema de *verificações* finais [46]. Só deste modo se pode construir o esquema global que orientará o trabalho.

Como exemplo de quadro metodológico, será útil expor um plano de estudo crítico de pesquisa em ciências sociais, que fornece sugestões para uma análise crítica de inquéritos [47]:

1) Referência bibliográfica e resumo sucinto do conteúdo da pesquisa.
2) História da pesquisa: problema posto, quando, como, por quem, porquê.
3) Proposições gerais emitidas. Qual é o quadro teórico de referência que está implícito? Conceitos utilizados.
4) Hipóteses específicas.
5) Variáveis utilizadas. Indicadores escolhidos.
6) Técnicas de demonstração das hipóteses.
7) Modo de recolha dos dados.
8) Exame da coerência interna das diferentes fases da pesquisa.
9) Quais são os conhecimentos novos produzidos pela pesquisa?
10) Crítica geral da investigação. Proposição duma alternativa de investigação em relação ao mesmo problema, segundo o conjunto das fases antes enunciadas.

---

[45] Reencontramos o problema da análise da realidade social, que pressupõe uma competência sociológica. A necessidade de transformar os factos concretos em factos científicos, os factos *sociais* em factos *sociológicos*, postula uma boa formação *teórica*; cfr. BOURDIEU (bibl.); MERTON (bibl.), cap. I.

[46] Cfr. BOURDIEU (bibl.).

[47] Documento C/T, U. E. R. Sociologie, Université de Paris-Nanterre, 1969-70.

11) Interpretação da determinação do conteúdo da pesquisa pelas condições sociais e institucionais que a suscitaram.

6. Planeamento do inquérito [48]

De quanto ficou anteriormente exposto sobre a relacionação das fases do inquérito decorre a importância fundamental da preparação atenta e metódica da pesquisa. Pode dizer-se que *o tempo gasto no planeamento é tempo ganho nas fases finais em que se apuram e se expõem os resultados,* a fim de concretizar os objectivos da indagação empreendida [49].

Importa, neste estádio, descobrir o sistema de relações mais importantes entre as variáveis, que vai implicar um vaivém constante entre os *dados* e as *hipóteses*: nos inquéritos mais elaborados tornar-se-á indispensável a explicitação dos *fundamentos teóricos* [50].

Abordaremos seguidamente uma pequena amostra dos problemas emergentes nesta fase.

6.1 *Determinação dos objectivos do inquérito*

Verificada a adequação da técnica do inquérito à realidade social visada, importa determinar com maior *precisão* os objectivos específicos do questionário. Sòmente o conhecimento claro dos tipos de informações que se procuram e do campo delimitado de problemas que se pretende abranger permitirá *orientar* e *circunscrever* o plano de recolha de elementos pertinentes [51].

Uma comunicação metódica entre os promotores (se os houver) e os responsáveis do inquérito facilitará a demarcação dos limites do âmbito de temas a estudar: população abrangida (definida através de certas *características precisas*), aspectos da população a considerar, área territorial do inquérito, período de tempo sobre o qual incidirá, etc.

---

[48] Como explicámos na «Introdução», tendo em conta os limites deste estudo, concentrar-nos-emos neste estádio capital, deixando para um trabalho futuro o desenvolvimento dos problemas relativos às outras fases posteriores.

[49] A formulação clara das hipóteses de investigação, a sua composição, o acordo dos resultados apurados em relação aos dados recolhidos e o encadeamento correcto das conclusões deverão ser as preocupações fundamentais do investigador.

[50] É nesta fase que se deverão tomar as decisões adequadas à *ruptura teórica* contra a ilusão do saber imediato, à *construção* do objecto científico (a fim de superar o nível empírico dos objectos concretos) e à preparação do sistema de *verificações* finais; cfr. BOURDIEU (bibl.).

Neste estádio cria-se o *sociológico* a partir do social, através da conceptualização *(vocabulário)* e da sistematização das relações entre conceitos *(sintaxe)*. A formalização pode desempenhar aqui um papel relevante. É também neste período que o *«contrôle» epistemológico* deve ser mais vigilante; cfr., *infra,* 6.2 e 6.5.1.

[51] Relembra-se o risco de se sacrificar no início da investigação informação que poderá vir a tornar-se útil ulteriormente. Daqui decorre a utilidade de delimitar o tema da investigação com a maior clareza possível.

Na formulação do campo de problemas e de informações a recolher, interessa ter em conta que a imprecisão destas operações pode acarretar a realização de trabalhos inúteis, porque de conclusões pouco significativas e/ou de validade duvidosa: é um novo erro que os inquiridores devem evitar.

Todas as opções a tomar quanto aos critérios que demarcam aquilo que é relevante para o inquérito (e rejeitam aquilo que não parece sê-lo) se repercutem, como é óbvio, no *custo* das operações a empreender.

Daqui decorre a necessidade de inventariar atentamente os *recursos disponíveis*: prazos, orçamento, número e qualidade dos inquiridores, fontes de informação acessíveis, etc.

É necessário estabelecer a viabilidade da indagação quanto aos objectivos e meios. Por outras palavras: conhecer claramente, por um lado, as implicações que a escolha dum certo objecto suscita quanto aos instrumentos a utilizar e, por outro, as consequências que os limites dos recursos disponíveis provocam no que respeita aos objectivos sacrificados.

Delimitados os objectivos, impõe-se uma nova opção: a formulação das hipóteses de pesquisa. Ela irá traduzir-se, afinal, na escolha das variáveis utilizáveis. Num inquérito científico pretende-se verificar um certo número de factos e de relações entre factos bem definidos e imprevistos: importa, portanto, operar uma *selecção* do conjunto daqueles que forem mais *significativos* e relevantes para os objectivos da pesquisa, dentro da perspectiva de apropriação do real por que se optou.

6.2 *Elaboração das hipóteses e pré-inquérito*

A) Começaremos por abordar o problema *dos níveis de análise.*

A *possibilidade* de verificação de hipóteses bem explicitadas caracteriza decisivamente uma pesquisa rigorosa [52].

No início da investigação, o sociólogo pode verificar que dispõe de informação muito rara ou deficiente sobre o campo de problemas demarcados. Será o caso de o estudo incidir sobre um sector inteiramente inexplorado; ou o caso, frequente nos *países pouco desenvolvidos,* de a documentação e as estatísticas disponíveis serem deficientes [53]. Será então obrigado a acumular informação sem um plano preciso de verificação de hipóteses, a reunir dados empíricos o mais extensivamente que lhe for possível: limitar-se-á provàvelmente ao nível meramente *descritivo* da investigação, designado por *sociografia* [54].

---

[52] Pressupõe-se, nas considerações ulteriores, que a pesquisa objectiva deve ultrapassar o nível da mera intuição de senso comum.

[53] Como anteriormente referimos, poderão levantar-se também *dificuldades de acesso às fontes:* não publicação imputável aos organismos que controlam essas fontes, à deficiência e desabituação da procura de informação, à excessiva preocupação com o sigilo, a obstáculos administrativos, etc.

[54] Sobre os níveis de pesquisa pode ver-se: A. SEDAS NUNES, *Introdução às Ciências Sociais* (bibl.); PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 285 e segs.; MENDRAS (bibl.), vol. I, pp. 11-22; GREENWOOD (bibl.), pp. 327-329; J. C. Ferreira de ALMEIDA (bibl.).

Se, pelo contrário, os dados disponíveis lhe permitirem operar uma classificação e uma conceptualização, poderá passar ao nível da *tipologia*. O uso de instrumentos de repartição de objectos observados, por categorias de equivalência, em função de certos critérios, implica já uma estruturação maior do quadro de análise.

Um terceiro nível de análise será o estabelecimento de relações entre variáveis, em ordem a chegar a uma construção lógica sistemática *(interpretação teórica)*. Um fenómeno social só se torna inteligível para o sociólogo se traduzido nos termos *teóricos* da sua disciplina científica. Não se trata já de dizer que as categorias x e y se caracterizam por comportamentos a e c, mas procurar explicar o *porquê* desta verificação empírica.

No termo deste processo ter-se-á superado o nível meramente *sociográfico* e transitado a um nível *já sociológico: é a partir desta transição que ganha sentido um sistema preciso de hipóteses explícitas, que reenviem a tipos de explicação causal das relações entre as variáveis* [55].

B) Quando pode inventariar as relações mais importantes entre variáveis, o investigador está em condições de prever um sistema preciso de verificação de hipóteses explícitas.

Duas situações são então possíveis:

Ou a quantidade e a qualidade de informação disponível lhe permitem formular imediatamente as hipóteses de investigação;

Ou esta operação não é desde logo possível, e terá então de preparar o trabalho, elaborando um *pré-inquérito*, que lhe permitirá explorar o sistema de elementos significativos que procura investigar [56].

Esta exploração pode recorrer a instrumentos variados:

1) *Reflexão teórica:* uma hipótese deve ser coerente com o conjunto de conhecimentos teóricos existentes; como escreve BOURDIEU, «se as operações da prática valem o que vale a teoria que as fundamenta, é porque a teoria deve a sua posição na hierarquia das operações ao facto de actualizar a primazia epistemológica da razão sobre a experiência. Não surpreende, portanto, que constitua a condição fundamental da ruptura, da construção e da experimentação, e isto pela virtude da sistematicidade que a define: só uma teoria científica pode opor às solicitações da sociologia espontânea e às falsas sistematizações da ideologia a resistência organizada dum corpo sistemático de conceitos e de relações, definido quer pela coe-

---

[55] Sobre a construção teórica do objecto científico cfr., *infra*, 6.5.1.

[56] Cfr. BOUDON, *Les méthodes en sociologie* (bibl.), cap. II; PINTO e GRAWITZ (bibl.), §§ 277-284 e 507-514; SELLTIZ (bibl.); JAHODA, DEUTSCH e COOK (bibl.), caps. I-IV, VI e XIV.

rência do que exclui, quer pela coerência do que estabelece; sòmente ela permite construir o sistema de factos entre os quais instaura uma relação sistemática» [57].

2) *Análise documental:* a observação da documentação existente (dados estatísticos, bibliografia disponível sobre o tema do inquérito, arquivos públicos e privados, inquéritos feitos no País ou no estrangeiro, etc.) é susceptível de trazer elementos muito úteis para a definição das hipóteses [58].
3) *Entrevistas de grupo:* trata-se duma técnica híbrida, que utiliza a comunicação verbal dos inquiridos, mas em que a relação colectiva é dominante, o que permite examinar os problemas ao nível colectivo (isto é, social); a realização de reuniões de discussão com participantes conhecedores das questões que vão ser objecto do inquérito ou interessados nos seus objectivos contribui também com informação útil [59].
4) *Entrevistas clínicas, entrevistas em profundidade, entrevistas não directivas* e *entrevistas centradas* com pessoas seleccionadas pela sua capacidade de informação, implicadas (população do inquérito) ou não no objecto da indagação [60].
5) *Testes e escalas de atitudes:* são técnicas mais elaboradas de análise indirecta de variáveis psicológicas mais complexas do que as abrangidas pelos inquéritos por questionário, que permitem aprofundar certos problemas e contribuir deste modo para a elaboração (ou para a exclusão) de certas hipóteses [61].
6) *Técnicas de observação directa de grupos ou outras unidades sociais* [62]: como as duas técnicas anteriores, constituem instrumentos complementares do inquérito por questionário, servindo também para apurar eventualmente certas hipóteses a testar pelo inquérito [63].

---

[57] BOURDIEU (bibl.), pp. 95-96. A importância crucial das funções dum sistema coerente de relações entre conceitos revela-se na exigência de ruptura que estabelece com as *prenoções,* isto é, com as ideias preconcebidas do investigador; cfr., *infra,* 6.4.

[58] Cfr., *supra,* 4, quanto ficou dito sobre a *análise de conteúdo* e a *crítica das fontes.* Atenção especial deve também ser dada aos *processos de conservação e registo da informação* (gravações, filmes, fotografias, ficheiros de inquéritos, etc.), que permitem guardar e utilizar os dados em qualquer altura.

[59] Sobre a entrevista de grupo cfr. R. MUCCHIELLI (bibl.).

[60] Cfr., *supra,* 3.1. Conforme referimos aqui, as entrevistas sobre uma amostra restrita podem ser utilizadas, quer para proceder ao pré-inquérito (ou estudo-piloto), quer para aprofundar certos problemas não esclarecidos pelos resultados do inquérito.

[61] Cfr., *supra,* 3.1.

[62] Cfr., sobre estas técnicas de observação directa, PINTO e GRAWITZ (bibl), §§ 785 e segs.

[63] Veja-se um exemplo notável de pré-inquérito conduzido de acordo com os mais adequados cânones metodológicos e recorrendo a técnicas muito

C) A construção das hipóteses a elaborar mediante o uso dos resultados recolhidos através das técnicas anteriores deve obedecer a determinados princípios, de que apontaremos sumàriamente os que se afiguram mais importantes [64]:

As hipóteses servem para organizar, seleccionar, sistematizar e orientar toda a pesquisa ulterior através da escolha que operam entre as variáveis utilizáveis.
Devem permitir a formulação final de resultados generalizáveis e ser claramente enunciadas.
Devem constituir um sistema coerente entre si e com a situação de teoria científica.
As proposições hipotéticas devem ser construídas de tal forma que permitam ao investigador verificar a sua falsidade no termo da pesquisa [65].
Sendo as hipóteses relações supostas (ou conjecturais) e provisórias entre variáveis, importa elaborar um sistema preciso e coerente de prova que possibilite a passagem correcta dos dados às *conclusões* e o encadeamento lógico destas últimas.

D) As considerações feitas remetem-nos para a *operatoriedade* das técnicas, que devem ser *precisas e transmissíveis* [66], a fim de permitirem apurar resultados válidos; no caso dos inquéritos quantitativos, única categoria que abordaremos aqui [67], a opera-

---

variadas (entrevistas centradas, testes, escalas de atitudes, etc.) em ADORNO (bibl.); cfr. um resumo da pesquisa em LÉVY (bibl.), pp. 8-22, e, *infra*, 6.4.2 e 6.4.3.

[64] Esta etapa fundamental da preparação do inquérito suscita inúmeros problemas teóricos que não poderão ser aqui abordados; deixamos apenas uma resenha superficial, tendente a chamar a atenção para as dificuldades desta fase; para um desenvolvimento teórico destes problemas cfr. a bibliografia citada na nota 56.

Haveria que referir também a importância dos *modelos*, como sistemas coordenados e controláveis de relações entre propriedades esquematizadas, construídos com fins descritivos, explicativos e previsionais e que podem servir também como substitutos da experimentação.

[65] Não existe meio *definitivo* de demonstrar que uma proposição teórica é verdadeira, irrevogàvelmente, pois pode, no futuro, vir a ser demonstrado que é falsa, mas sòmente de provar que é falsa (ou provisòriamente não falsa); cfr. POPPER (bibl.). O progresso científico caracteriza-se pela *rectificação incessante:* bastará reler a obra de BACHELARD.

[66] Qualquer outro observador conhecedor das técnicas usadas num inquérito deveria poder chegar às mesmas conclusões objectivas; para isso é necessário que as condições de observação sejam idênticas, de modo a possibilitar verificações gerais fundadas no conjunto dos dados recolhidos e comparações entre discursos de investigadores diferentes; cfr., *infra*, 7.

[67] Por esta razão se deixam de lado problemas que sobrelevam os *limites* dos inquéritos quantitativos: pressupõe-se que estes podem ser instrumentos correctos de recolha de dados sobre o real. Já atrás se apontaram os casos em que eles podem apresentar inegáveis vantagens na análise objectiva de determinados tipos de informação, através da superação dos obstáculos do subjectivismo e das intuições vulgares de «senso comum». A sua utilidade deve ser, no entanto, demarcada pela indispensável vigilância teórica, metodológica e epistemológica, que, só ela, permite controlar os excessos do empirismo; sobre os limites do empirismo, do pragmatismo e do tecnicismo, remetemos para o livro de BOURDIEU, *maxime*, pp. 59-77, 232-268,

toriedade das técnicas de investigação molda-se em certos esquemas, de que mencionaremos sucessivamente os seguintes:

a) A elaboração dum sistema de verificação: *o plano de observação*;
b) A produção dum vocabulário: a conceptualização e a construção das *variáveis;*
c) A explicação duma sintaxe: a *análise das relações entre variáveis* (ou análise multivariada) [68].

Não está excluída, aliás, a possibilidade de uma perspectiva histórica através da análise secundária de dados disponíveis nos documentos.

Os inquéritos *instantâneos* não integram a dimensão temporal na análise dos factos sociais; e mesmo os *painéis* se restringem a um período limitado de tempo, não possibilitando o estudo dos processos longos, das transformações do sistema social e das crises sociais.

As sondagens *atomísticas* fazem abstracção das variáveis relativas ao meio e ao contexto social, situando-se geralmente num nível de análise associológico.

Por outro lado, o carácter local dos estudos monográficos diminui a sua representatividade.

A escala espacial de certos inquéritos a grupos restritos impede também a extrapolação das conclusões a agregados mais vastos e complexos.

Se se pretende elaborar uma análise extensiva de dados comparáveis, impõe-se, como vimos anteriormente, uma normalização da informação recolhida, possibilitada pela aplicação de *métodos quantitativos,* susceptíveis de sistematizar os dados. A formalização matemática permite, por outro lado, uma expressão mais rigorosa dos *factos sociais* e das suas *relações* e é um dos meios mais adequados à ruptura com o senso comum, a intuição imediata, o espontaneísmo, o sincretismo e o subjectivismo da linguagem vulgar. A transmissibilidade objectiva das técnicas atinge, neste caso, um grau elevado: os factos podem ser verificados por *qualquer* observador conhecedor dos instrumentos de investigação.

6.3 *Inquéritos quantitativos: preparação do plano de observação*

Elaborado o sistema de proposições hipotéticas que ligam os elementos de informação compreendidos nos objectivos do inqué-

311-320, 332-339, 358-367, 376-378; cfr. também J. C. Ferreira de ALMEIDA (bibl.) e as considerações expostas a propósito das características, potencialidades e limitações dos métodos de pesquisa empírica, *supra,* 1.1.1, 3 e 3.1.

[68] Este esquema é retirado do paradigma de análise de LAZARSFELD: cfr. BOUDON e LAZARSFELD (bibl.); Boudon, *Les méthodes en sociologie* (bibl.), cap. II. Trata-se duma das formas mais correntes de tornar operatórias as técnicas de inquérito quantitativo; isto não exclui outras formas de operatoriedade, nem implica que os limites do «operacionalismo» devam deixar de ser denunciados pelo sociólogo atento aos problemas metodológicos e epistemológicos.

rito, importa prever um sistema de verificação. Convém para isso começar o trabalho pelo inventário dos tipos de dados a recolher.

6.3.1 Tipos de dados. A possibilidade do uso de técnicas complementares

A) *Dados objectivos e subjectivos* — Da concepção geral do inquérito decorrem lògicamente as categorias de informação procuradas, que, mediante o questionário, se transformarão em perguntas a fazer aos indivíduos da amostra.

A primeira grande distinção a encarar é aquela que separa as duas categorias seguintes:

a) *Questões objectivas:* dados pessoais (sexo, idade, categoria socioprofissional, instrução, rendimentos, nacionalidade, naturalidade), dados relativos ao meio (tipo de alojamento, meio rural ou urbano, vizinhança), comportamentos (de consumo, de produção, de ocupação de tempos livres, de comunicação social, de transporte, etc.);
b) *Questões subjectivas:* opiniões, atitudes, motivações, crenças e outras disposições psicológicas.

A primeira categoria pode apresentar dificuldades de observação ou de medida ao investigador, mas não suscita normalmente grandes problemas quanto à definição dos conceitos, especialmente nos casos mais simples (sexo, idade, naturalidade).

Em certos casos particulares pode suceder, no entanto, ter o inquiridor de obter a informação por via *indirecta,* como, por exemplo, se apurar o rendimento através de sinais reveladores. É o problema da escolha dos indicadores, que reencontraremos mais adiante.

Uma outra possibilidade é a decorrente da diferença de universos socioculturais entre inquiridores e inquiridos: acontece frequentemente nos países pouco desenvolvidos a definição do comportamento laboral (do trabalho) variar consoante as regiões ou a noção inculcada pela economia moderna não se adaptar à *concepção* dos indivíduos interrogados [69].

O universo económico da população abrangida pelo inquérito pode também levantar dificuldades, como, por exemplo, no cálculo do rendimento nas regiões rurais, em que o autoconsumo agrícola é usual [70].

O segundo tipo de dados — os subjectivos — levanta, no entanto, problemas de mais difícil resolução. Prova disto são as discussões em torno da determinação dos seus conceitos, definidos frequentemente de forma contraditória pelos autores.

---

[69] Cfr. DARBEL, RIVET e SEIBEL (bibl.), pp. 303 e segs.

[70] Cfr., sobre os problemas levantados pelos inquéritos nos países menos desenvolvidos, a já citada *Revue Internationale des Sciences Sociales,* XV, n.º 1, 1963, parte I.

Convém salientar que interessa menos a análise das diferentes definições formuladas a propósito de cada variável que a identificação dos tipos distintos de objectos, delimitados por características claramente enunciadas na linguagem própria das disciplinas científicas.

Ilustraremos este procedimento metodológico mediante o recurso a dois textos: o primeiro, de LAZARSFELD, sobre as variáveis compreendidas na noção genérica de disposição; o segundo, de STOETZEL, sobre o conceito de atitude.

B) A operatoriedade dos conceitos: as disposições — No texto de LAZARSFELD [71], as características dos diferentes objectos organizam-se num espaço de atributos simples, de forma a fazer corresponder oito noções à combinação de três dimensões distintas:

a) A primeira opõe as disposições *gerais* às disposições *específicas* (certas variáveis aparecem em esferas de actividade independentes; outras dirigem-se a objectos particulares);
b) A segunda corresponde ao grau de ligação ao objecto da disposição, *activo-directivo* (desejo de ...) ou *passivo* (atitude em relação a ...);
c) A última define o horizonte temporal das disposições: um plano define-se em relação ao *futuro;* uma opinião, em relação ao *presente.*

As três dimensões definidas são, portanto, o *campo de acção,* a *dinâmica* e o *horizonte temporal* [72], como se pode ver no quadro n.º 1.

É interessante observar que a tipologia precedente aponta para distinções metodológicas: os instrumentos devem ser construídos de forma a corresponderem o melhor possível aos conceitos, o que é a exemplificação do princípio, já muitas vezes referido, da adaptação da técnica à realidade observada; os conceitos utilizados na pesquisa empírica devem ser *operatórios* [73], o que implica a ligação entre a linguagem conceptual e a linguagem metodológica.

Assim, os tipos 2 e 4 relevam fundamentalmente das técnicas de medida de atitudes e dos testes, já encontrados neste estudo. Os tipos 5 e 7 encontram-se frequentemente na econometria como

---

[71] Está incluído na importante antologia de textos metodológicos publicada sob a direcção de BOUDON e LAZARSFELD, *Le Vocabulaire des sciences sociales* (bibl).

Se a metodologia é a consequência duma reflexão continuada sobre a prática da investigação, resulta daqui a utilidade da *análise de textos* em que se plasma a pesquisa; é este o objectivo daquela antologia fundamental, bem como do outro volume que se lhe segue, dirigido pelos mesmos autores (cfr. bibl.).

[72] Em rigor, as três dimensões deveriam ser tratadas numa análise contínua, de forma a permitir distinções mais próximas da realidade.

[73] Isto é, utilizados ou verificados na observação concreta, através de certas operações de pesquisa.

QUADRO N.º 1

Disposições

(segundo LAZARSFELD, 1965)

Horizonte temporal

Dinâmica	Presente		Futuro	
Passiva	Opiniões Preferências 1	Atitudes 2	Expectativas 5	Tendências Inclinações 6
Directiva	Necessidades 3	Traços de carácter 4	Intenções Planos 7	Motivações 8
	Específico	Geral	Específico	Geral

Campo

variáveis na análise das séries temporais (intenções de investimento, expectativas de preços e de procura de bens de consumo). O tipo 3 é objecto dos estudos de consumo. O tipo 1 pode ser estudado através das sondagens.

C) *Atitudes e opiniões* — Uma vez que a matéria-prima dos inquéritos de que estamos a tratar respeita principalmente a dados objectivos e a opiniões, importa agora caracterizar mais precisamente estas últimas, de forma a diferenciá-las das atitudes, às quais se adequam melhor as escalas de atitudes [74]. Recorremos para tal ao texto de STOETZEL [75].

De acordo com ele, são identificáveis quatro elementos bem definidos:

1) Trata-se duma *variável inferida*, não directamente observada nem observável: esta característica implica técnicas de inferência especiais (as escalas de atitudes, que analisam as reacções verbais dos indivíduos — opiniões, por exemplo —, de forma a, por via indirecta, atingirem as atitudes que estão por detrás delas);
2) A *intencionalidade:* a atitude designa uma preparação para a acção, uma disposição estável que torna semelhantes as reacções a um conjunto de estímulos ou situações; uma atitude conservadora, por exemplo, desencadeia reacções idênticas a diferentes estí-

[74] Não esqueçamos que as escalas são frequentemente utilizadas como técnicas complementares dos inquéritos; por isso tratamos agora destas noções.

[75] Também publicado na antologia citada na nota 71.

mulos (verbais, reais, etc.); volta a ver-se aqui que características da variável apontam para uma técnica específica [76];

3) A *polarização* em relação ao objecto: atitude a favor de ...; atitude contra ... Estão carregadas de afectividade e constituem o pólo subjectivo dos valores;
4) As atitudes são *adquiridas* e sofrem influências externas; a socialização consiste, precisamente, na formação de atitudes convenientes e adequadas aos valores e às normas sociais típicas do grupo ou da sociedade.

Por contraste, as *opiniões* são variáveis construídas pelos psicólogos sociais em função de certos atributos que as distinguem das atitudes: na definição de STOETZEL, a expressão duma opinião é a fórmula que, sobre uma questão determinada, num dado momento, recebe a adesão (geralmente *verbal*) dum indivíduo. Caracterizam-se, portanto, por especificidade, superficialidade e instabilidade maiores. Na medida em que o investigador verificar que existe uma certa *coerência* na expressão das opiniões dos indivíduos, em relação a objectos distintos e a problemas variados, estará em condições de, usando de técnicas apropriadas, inferir aquilo que provàvelmente estará por detrás (ou na base) dessas opiniões, uma variável profunda e mais estável, a que por convenção chamará *atitude*. Num nível superior, se o investigador verificar que existe uma interdependência das atitudes em campos distintos, poderá elaborar *tipos de ideologia e de personalidade:* pense-se, por exemplo, na pesquisa de EYSENCK sobre o esquema estrutural em vários níveis de variáveis diferentes [77], cada uma delas analisada mediante técnicas específicas, ou na pesquisa de ADORNO, já anteriormente referida, sobre a *personalidade autoritária,* elaborada através de técnicas muito variadas [78].

Três observações, para finalizar e resumir o anteriormente exposto, devem ser aqui deixadas:

A elaboração de técnicas adequadas à realidade estudada tende a permitir «objectivar o subjectivo», através da adaptação flexível das possibilidades de cada método, em cada momento da pesquisa, à informação procurada; o inquérito quantitativo extensivo aplicar-se-á normalmente a dados objectivos e a opiniões, mas não exclui o recurso a técnicas psicológicas mais complexas; nesse caso, as observações recolhidas através de instrumentos variados sobre os mesmos indivíduos serão analisadas e tratadas de forma coordenada;

---

[76] A das escalas de atitudes; cfr. DAVAL (bibl.), t. I, pp. 191-344.
[77] Opiniões acidentais, opiniões habituais, atitudes, ideologias; cfr. EYSENCK, *The psychology of politics,* Londres, Routledge and Kegan Paul, 1954.
[78] Cfr., *infra,* 6.4.2 e 6.4.3, alínea *B*).

As questões formuladas podem dar uma informação directa (imediata) ou uma informação *indirecta*: reencontramos assim o problema dos indicadores das variáveis, a estudar adiante [6.4.3, alínea *C*)].

No inquérito extensivo quantitativo, o plano de observação deve ser sistematizado (ou estandardizado), de modo a equiparar as condições de observação dos indivíduos da amostra.

6.3.2 Sondagens atómicas e sondagens contextuais

A) Tratar-se-á seguidamente de alguns problemas relativos a inquéritos por sondagem.

Dois tipos fundamentais de técnicas devem ser distinguidos, consoante os planos de observação usados:

As *sondagens atómicas* (ou atomísticas), em que as variáveis individuais (opiniões, comportamentos, etc.) são estudadas na dependência de outras variáveis individuais.

As *sondagens contextuais,* que permitem construir variáveis caracterizadoras dos indivíduos, do meio e das unidades sociais significativas (conjuntos) em que se inserem, num plano de observação da interdependência da situação individual e do meio social [79]. Os indivíduos são neste caso inseridos nos sistemas sociais específicos, e não considerados sòmente como representantes duma população geral, homogénea e indiferenciada.

Nas sondagens eleitorais clássicas, as informações obtidas respeitam normalmente a variáveis individuais: escolha eleitoral, idade, sexo, categoria socioprofissional, nível de interesse pelos problemas políticos, etc. Daqui resulta que os indivíduos são «dessocializados», considerados independentemente dos *meios sociais* a que pertencem, numa *abstracção* artificial conduzida por um plano de análise *associológico.* Não se consegue, deste modo, observar a influência da «estrutura social» sobre as opiniões e comportamentos das unidades pessoais [80].

---

[79] Nas variáveis definíveis sobre conjuntos de indivíduos (colectivas) há que distinguir: 1) as *variáveis analíticas,* obtidas pela aplicação duma operação às variáveis definidas sobre as unidades pessoais (nível de vida duma região medido pela média dos rendimentos individuais); 2) as *variáveis estruturais,* obtidas por informações concernentes às relações de cada indivíduo com outros (classificação dum grupo segundo a proporção dos «isolados», no sentido que a sociometria dá a esta palavra); 3) as *variáveis globais,* que designam as construídas a partir de informação não individual (nível de vida definido pelo número de empresas bancárias por *n* habitantes).

[80] Não analisaremos aqui as muitas críticas que têm sido dirigidas às sondagens de opinião pública: os seus pressupostos traduzem-se numa indagação das reacções dos indivíduos a um estímulo, numa situação de consumo político (e não de produção criadora ou transformadora); as respostas correspondem apenas aos aspectos conscientes, deixando escapar os importantes

Dissociada a situação dos indivíduos em relação às características dos seus meios particulares e destes em relação a meios sociais mais vastos, as sondagens atómicas procedem à indagação por via de *agregação* de factos individuais, e não pela análise de «factos sociais», dos factores «societais» do comportamento, que constituem precisamente o objecto da sociologia. Registe-se aqui a crítica de COLEMAN àquele tipo de observação: ele seria influenciado pela chamada «psicologia agregativa», elaboração que formula generalizações ao nível global mediante operações meramente aditivas realizadas sobre variáveis individuais, sem que esta associação corresponda a qualquer fenómeno social, uma vez que ignora sistemàticamente as subpopulações e os mecanismos intermediários entre o indivíduo e a sociedade [81].

As sondagens contextuais permitem obviar, em parte, a estes inconvenientes, porque apuram informações e constroem variáveis relativas aos grupos, às instituições e aos meios sociais em que se integram as unidades individuais num plano de amostragem diferenciado por níveis.

B) Para exemplificar este tipo de plano de observação, começaremos por analisar um texto de LIPSET e colaboradores seus em que se descreve um inquérito realizado sobre as eleições no sindicato americano dos tipógrafos [82]. Os autores construíram um plano de proposições hipotéticas relativas a três níveis de amostragem: secções locais, secções de empresa e, dentro destas, todos os indivíduos pertencentes às secções seleccionadas [83]. As hipóteses elaboradas relacionavam as predisposições eleitorais com variáveis definidas *colectivamente;* designadamente, caracterizaram-se as *secções* através do grau de *consenso eleitoral* que revelavam. Veri-

---

mecanismos inconscientes; as declarações verbais de intenção não são confundíveis com as probabilidades de acção; não constituem uma técnica adequada à apreensão das transformações a longo prazo; a categoria «opinião pública» corresponderia a um modelo ideológico (filosófico-político); a opinião pública não é um facto unitário nem autónomo; devem distinguir-se as influências dos indivíduos e grupos em situação activa e determinante; devem estudar-se diferenciadamente as opiniões da maioria e das minorias e admitir-se as situações de conflito; convém determinar as influências da propaganda e de outros factores de modificação; os inquéritos devem ter em conta a estratificação, os níveis de influência e de comunicação social, de forma a apurar informações mais pormenorizadas; cfr., sobre estes pontos, BLUMER, «Public opinion and public opinion polling», *in* KATZ (bibl.), e os textos (especialmente o de STRAYER) insertos na obra citada de BOURDIEU, pp. 237 e segs. Sobre os modelos ideológicos da opinião pública cfr. HABERMAS (bibl.) e POULANTZAS (bibl.), pp. 233-243.

[81] COLEMAN, *Introduction to mathematical sociology,* Glencoe, The Free Press, 1964.

[82] LIPSET, TROW e COLMAN, *Union democracy,* Glencoe, The Free Press, 1956.

[83] Em rigor, este último nível não corresponde a uma amostragem, uma vez que se inquiriram todos os indivíduos de determinadas secções; mas importa observar que o plano de amostragem se repartiu por três níveis diferenciados: não houve, portanto, só uma tiragem à sorte de indivíduos no seio duma população considerada, para efeitos estatísticos, como indiferenciada, que implicaria uma abstracção artificial das unidades pessoais em relação ao seu meio.

ficou-se deste modo que, por exemplo, o grau de implicação dos indivíduos em relação aos problemas sindicais estava ligado ao nível de consenso das secções respectivas, como se pode ler no quadro n.º 2:

Relação entre implicação sindical e consenso
(segundo LIPSET, 1956)

QUADRO N.º 2

	Secções de consenso elevado	Secções de consenso baixo
Percentagem de indivíduos com implicação elevada em relação aos problemas sindicais	29 %	7 %

É fácil verificar que uma variável individual (implicação nos problemas sindicais) se relaciona estreitamente com uma variável relativa ao campo social (consenso da secção). Ora esta relação só pode ser encontrada porque foi construído um plano de observação contextual, que tomou em conta factores colectivos, e não puramente pessoais.

Num outro estudo, realizado em França, sobre as atitudes, comportamentos e perspectivas do pessoal duma grande fábrica siderúrgica, verificou-se que o índice de utilização dos sindicatos (definido através de perguntas sobre a discussão dos problemas sindicais com delegados do pessoal e representantes sindicais, relações com os delegados, comportamentos relativos a reclamação e sindicalização) variava segundo o grau de antiguidade no trabalho da fábrica: os trabalhadores mais antigos utilizavam mais os sindicatos [84]. Neste caso encontramo-nos ainda ao nível da observação de variáveis puramente individuais.

Os autores aprofundaram então a análise, estudando o efeito do contexto sobre o comportamento de utilização, distinguindo, por um lado, os *contextos* (serviço no qual se efectuava o trabalho) em que a maioria das pessoas utilizavam fortemente os sindicatos e, por outro, os contextos em que a maioria os utilizava pouco. Verificou-se então que o *meio* modificava a relação inicialmente estudada: nos serviços em que a utilização era fraca eram os mais antigos que se caracterizavam por taxa mais alta; em contrapartida, a tendência invertia-se nos serviços de utilização forte, em que os mais novos se sentiam muito mais estimulados.

Se os investigadores se tivessem limitado a um plano de observação não contextual, não teriam podido apurar uma informação importante: o contexto tem um efeito mais sensível sobre os novos do que sobre os antigos.

C) Os exemplos dados são extremamente simplificados, uma vez que se identificaram apenas variáveis em número reduzido (e não conjuntos de variáveis em relações recíprocas) e, além disso,

[84] Sami DASSA, «L'analyse contextuelle appliquée aux orientations et aux comportements syndicaux», in *Sociologie du Travail*, n.º 4, 1968.

se apresentaram sòmente variáveis contextuais construídas a partir de informação individual; seria, no entanto, possível apresentar planos de análise mais complexos de variáveis *estruturais* [85] e *globais* [86]. Uma das limitações principais verificadas em relação a estes planos resulta de a *introdução de variáveis contextuais aumentar sensìvelmente o custo do inquérito, pois pressupõe uma amostragem de segmentos sociais muito variados, em níveis distintos.*

A riqueza da informação que é possível obter mediante aqueles recursos torna, no entanto, a investigação mais fina, elaborada e adequada ao real; pode, por outro lado, esperar-se que os processos de cálculo mecanográfico e electrónico facilitem um tipo de análise muito mais complexo e aperfeiçoado [87].

A pormenorização do estudo permite evitar em parte um dos inconvenientes dos inquéritos extensivos, que deixam escapar aspectos específicos e particularizados sempre que usam uma amostragem obtida por tiragem aleatória directa de unidades pessoais dentro de populações globais e indiferenciadas, a qual separa artificialmente os indivíduos do seu contexto sociológico e não tem em conta a estrutura dos segmentos sociais.

---

[85] Nos planos de amostragem em «bola de neve» *(snow-ball sampling)* começa-se por definir uma amostra restrita e agregam-se-lhe sucessivamente as pessoas que estão em *relação* com aquela. A *análise estrutural de relação* tem-se caracterizado por grandes progressos metodológicos. Um bom exemplo é o das pesquisas de D. KATZ e LAZARSFELD sobre a importância da «*influência pessoal*» na difusão dos meios de comunicação de massa. Pensava-se então que os *mass media* agiam directamente sobre o público, mas os autores mostraram que a sua acção dependia de *dispositivos intermediários e retransmissores,* constituídos por relações pessoais e grupos elementares, que influenciavam a opinião da massa. O processo de difusão não é directo e simples, mas reparte-se por níveis e momentos diferentes, num fluxo em vários tempos *(two-step flow of communication)*. Da mesma forma, as mudanças de opinião por efeito de propaganda eleitoral dependem de discussões e influências no seio de grupos primários, onde se reinterpretam e retransmitem as informações. Não importa aqui tanto o conteúdo da pesquisa como a metodologia usada para romper com a ideia inicial dum público desprovido duma estrutura de relações pessoais e grupais, a qual se serviu duma amostragem em níveis distintos tendente a reencontrar a cadeia de comunicações sociais, em vez de tirar à sorte os indivíduos directamente do seio da população indiferenciada. Como escreve D. KATZ, as respostas ao problema foram distintas, desde o questionário que pedia às unidades da amostra que descrevessem os indivíduos com os quais estavam em relação de interacção até à cadeia de entrevistas que vão das pessoas influenciadas às pessoas influenciadoras e às entrevistas junto duma comunidade inteira (tiragem aleatória de *grupos* que são exaustivamente interrogados). O princípio central parece ser o da «construção, em volta de cada átomo individual, de amostras de moléculas mais ou menos grandes»; cfr. o interessante texto de D. KATZ reproduzido na antologia citada de BOURDIEU, pp. 243-248.

[86] Conforme se disse na nota 79, as variáveis globais não se fundamentam em informação relativa às propriedades individuais.

[87] Cfr. BOUDON, *Les méthodes en sociologie* (bibl.), pp. 41-46, *A quoi sert la notion de «structure»?* (bibl.), pp. 54-67, e *L'analyse mathématique des faits sociaux* (bibl.), cap. V; BOUDON e LAZARSFELD, *L'analyse empirique de la causalité* (bibl.), secção IV.

Para uma análise dos limites epistemológicos da observação contextual, cfr. GILLI, «Effets structuraux», in *Épistémologie sociologique,* 1968, 6, Paris, ed. Anthropos.

Os factos que o sociólogo estuda estão ligados a unidades colectivas reais, a quadros globais ou parciais, a realidades grupais (gerais ou particulares). A observação contextual pretende evitar o perigo apontado por GRANAI, a que o autor chama «concepção *estatística* do social» [88]. Segundo ele, o inquiridor de opinião pública opera geralmente, não sobre *grupos* reais, mas sobre *categorias* abstractas, mais ou menos homogéneas, genéricas, unitárias e indiferenciadas, construídas com base em determinadas características sociodemográficas, escolhidas em função do objecto do inquérito. Um *grupo* é um conjunto, uma «totalidade» de indivíduos ligados por uma situação, interesses ou sentimentos, entre os quais se estabelecem relações reais. Uma *categoria* é um conjunto, uma «colecção» de indivíduos com certas características identificadoras, apuradas com objectivos classificatórios ou estatísticos. O primeiro tem uma existência sociológica efectiva, é um «todo» social; a segunda é uma abstracção ideal que isola certos elementos da realidade.

Se o investigador, preocupado apenas com a tiragem aleatória de indivíduos dentro de populações globais e indiferenciadas, de acordo com critérios estatísticos de representatividade, se esquece de tomar em conta as *unidades colectivas,* os segmentos sociais que se diferenciam dentro da população global e a estrutura das suas relações, corre o risco de apresentar como objecto científico aquilo que não passa de «artefacto» abstracto obtido através da aplicação de certos critérios (idade, sexo, etc.) que deixam fugir informação essencial ao estudo *adequado* do real, o qual só pode ser alcançado mediante uma análise mais circunstanciada e diversificada, que englobe as variáveis colectivas (analíticas, estruturais e globais) [89].

Redescobrimos assim um outro aspecto dos limites operatórios das técnicas, que sempre *distorcem* de algum modo a realidade. A necessidade da sua adaptação flexível ao objecto da investigação traduz-se aqui em planos de observação estruturais, mais complexos e apurados; o progresso metodológico necessita de se apoiar numa rectificação incessante — eis a conclusão que parece poder extrair-se da exposição anterior [90].

6.3.3 Sondagens instantâneas e por painel

A) Abordaremos agora uma distinção já assinalada anteriormente, que respeita, não já à estrutura do «espaço» abrangido pela amostragem, mas ao «tempo» do inquérito. Há que diferenciar duas categorias fundamentais de sondagem:

---

[88] *Traité de Sociologie* (dir. de GURVITCH) (bibl.), cap. VII.

[89] Cfr. BOURDIEU (bibl.), pp. 62 e segs.

[90] Apesar do progresso dos métodos de observação contextual, estes não permitem ainda uma adequação perfeita à realidade social. Prova disso é o artigo de GILLI citado na nota 87. Mas parece poder esperar-se um aperfeiçoamento progressivo das técnicas em ordem à aproximação cada vez mais perfeita do real.

A *instantânea,* que se realiza num momento determinado e é analisada em resultados respeitantes a um período único.

O *painel,* que visa analisar as modificações (de comportamentos ou opiniões, por exemplo) sobrevindas numa população determinada e detectar os factores explicativos das transformações verificadas, através de sondagens aplicadas a uma mesma amostra em períodos diferentes de tempo.

O primeiro tipo de inquérito apresenta os limites já atrás apontados: não permite observar as transformações das unidades sociais, designadamente as mudanças dos elementos dum sistema social observado em períodos distintos.

A segunda categoria pretende superar aquela limitação, pelo que tem sido frequentemente utilizada em estudos de sociologia política (transformação e cristalização das opiniões no decurso das campanhas eleitorais), de mobilidade profissional e de mobilidade social. É adequada, portanto, à análise dinâmica de *processos sociais.*

B) Um dos exemplos mais conhecidos foi o estudo efectuado nos Estados Unidos por LAZARSFELD, BERELSON e GAUDET em relação a uma eleição presidencial [91]. Os autores propuseram-se «seguir as variações da disposição de cada eleitor até ao voto efectivo e detectar o efeito relativo dos diversos factores susceptíveis de influenciar o voto final». Para isso, entrevistaram uma amostra de 600 pessoas por 7 vezes sucessivas, no decurso de 7 meses (Maio a Novembro), procurando relacionar as mutações observadas nas preferências dos eleitores, em relação aos candidatos em campanha eleitoral, com diversas influências ou estímulos (propaganda eleitoral, por exemplo). Entre muitas outras conclusões apuradas, pode referir-se a seguinte, visível no quadro n.º 3: a tendência dominante era no sentido da *confirmação* (53 %), isto é, da manutenção da harmonia ou desarmonia entre duas variáveis: a *predisposição quanto a um partido político* e a *intenção de voto.* Todos os outros efeitos eram menos importantes: *activação* (sem intenção declarada em Maio, passavam a uma concordância entre predisposição e voto em Novembro), 14 %; *conversão* (passagem duma desarmonia entre a predisposição e a intenção a uma harmonização das duas variáveis; transição inversa; mudança da inexistência de intenção de voto em Maio a um estado de contradição entre as duas variáveis fundamentais), 11 %; *neutralização* (duma concordância ou duma discordância entre as duas variáveis a uma ausência de intenção eleitoral), 6 %; *efeito nulo* (falta declarada de intenção de voto em Maio e em Novembro), 16 %.

---

[91] *The people's choice,* Nova Iorque, Columbia University Press, 1948; cfr o nosso artigo «Estruturas e produção científica», (bibl.), pp. 129-137.

Os estudos de D. KATZ e LAZARSFELD sobre os mecanismos de influência pessoal na comunicação social dos meios de massa, referidos na nota 85, serviram-se também da técnica do painel.

Predisposição política (partido) e intenção de voto, em dois períodos de observação

(segundo LAZARSFELD, BERELSON e GAUDET, 1948)

QUADRO N.º 3

Maio	Outubro		
	1	2	3
1	*Confirmação*	Conversão	Neutralização
2	Conversão	*Confirmação*	Neutralização
3	Activação	Conversão	Efeito nulo

1 — Harmonização entre a predisposição e a intenção de voto.
2 — Intenção em contradição com a predisposição.
3 — Sem intenção declarada.
Efeito dominante: confirmação (53 %).

Outras conclusões importantes do estudo empreendido foram as seguintes: a inércia (ou cristalização) das opiniões é muito acentuada; a simpatia em relação ao partido político no primeiro momento tende a influenciar sensìvelmente as opiniões quanto ao candidato num segundo momento; as atitudes políticas tradicionais (fidelidade a um partido) sobrelevam as intenções de voto quanto aos candidatos; a tendência dominante é para a harmonização das disposições políticas e eleitorais; as relações pessoais no seio dos grupos primários exercem uma influência decisiva na difusão da propaganda eleitoral.

C) A introdução da dimensão temporal na observação sociológica, se enriquece a informação e a análise, engendra todavia problemas metodológicos muito complexos, para além do facto de aumentar sensìvelmente o *custo* financeiro e temporal das operações e de exigir o recurso ao cálculo automático, para diminuir o tempo necessário à análise dos resultados.

A principal dificuldade reside na chamada «*mortalidade*» *da amostra:* determinados indivíduos desaparecem do grupo inquirido, por razões muito variadas (mudança de residência, etc.); outros ausentam-se em certos momentos do inquérito; outros cansam-se e recusam-se a responder ao fim de certas repetições. Por isso mesmo, para manter a *identidade da amostra,* o período de observação é relativamente curto, o que tem o inconveniente de *restringir a possibilidade de analisar transformações a médio e a longo prazo.* Por outro lado, a própria repetição de entrevistas pode exercer um efeito sobre os respondentes, tornando-se difícil discernir as modificações resultantes do painel das provenientes de outros factores que se pretende investigar; o uso de amostras de *contrôle,* inquiridas uma só vez e homogéneas em relação à amostra do painel, tende justamente a procurar a via de solução para este último problema.

Saliente-se que o painel pode ser combinado com a observação contextual, o que possibilita o estudo da interacção das mutações

individuais e das transformações da estrutura social: os problemas metodológicos emergentes desta combinação tornam-se naturalmente muito mais complexos e exigem normalmente o recurso ao tratamento da informação em computadores [92].

6.4 *A construção das variáveis*

Vimos anteriormente que a produção dum vocabulário preciso e claro constitui um dos momentos mais importantes do planeamento dum inquérito quantitativo.

Trata-se aqui de proceder à *conceptualização* e à construção das variáveis: por outras palavras, de transformar uma *noção* (conjunto de imagens não sistematizadas e sincréticas) num *conceito* (que implica uma definição rigorosa) [93].

Exemplifiquemos, para concretizar melhor: é conhecido o facto de, na literatura existente, se poderem encontrar afirmações contraditórias sobre os comportamentos e atitudes religiosas em certas regiões do mundo, umas tendendo a mostrar que existe um declínio religioso, outras, pelo contrário, enunciando a existência dum progresso religioso. Uma das formas de superar esta contradição consiste em exigir que os autores elaborem um sistema preciso e inequívoco de verificação das suas asserções, ou seja, um plano de observação dos factos (e das relações entre factos) em que se baseiam para formular as suas proposições, contraditórias entre si.

Suponhamos também que se pretende realizar um estudo sobre integração e desintegração social. Os investigadores tenderão a precisar melhor estas noções, através da especificação dos aspectos em que elas se podem desdobrar (criminalidade, desagregação familiar, movimentos de contestação do sistema social; participação nas actividades culturais e políticas, tipos de interacção e de comunicação entre os indivíduos e os grupos, etc.), numa tradução progressiva das noções em *operações de pesquisa,* através de técnicas transmissíveis e precisas (é nisto que consiste a *operatoriedade* das técnicas) de observação e medida empíricas. Admitamos que, a certa altura da investigação, os autores chegavam à conclusão de que se impunha analisar mais de perto as relações existentes entre o individualismo, a desadaptação a certos aspectos da vida institucional e a desagregação familiar. Como conhecer *inequìvocamente* o conteúdo de cada uma destas noções e, principalmente, como *classificar* os indivíduos em relação a cada uma delas, para

---

[92] Cfr. BOUDON, *L'analyse mathématique des faits sociaux* (bibl.), caps. VII-IX; CHAZEL e colabs. (bibl.).

[93] Escreve MUCCHIELLI: «Conceptualizar é traduzir em conceitos, isto é, em palavras que tenham um conteúdo significativo comunicável e um sentido definido. Conceptualizar um dado vivido ou da experiência pessoal é fazer o esforço para superar as impressões, as sensações, os sentimentos, as instituições, para chegar a formulações, definições e ideias claras. Esta operação mental é importante porque exige um esforço de objectivação e distanciação quanto às influências das vivências e da afectividade, permitindo assim a reflexão crítica e a discussão eficaz.» (*L'interview de groupe* [bibl.]).

testar as relações hipotéticas? Como saber se um indivíduo está mais desadaptado do que outro, se um meio familiar está mais ou menos integrado? Torna-se indispensável, para tal, depurar as noções da linguagem comum, superar o subjectivo da intuição, definir sem ambiguidade os conceitos, de forma a suscitar um acordo entre os investigadores quanto aos *critérios objectivos* adoptados na classificação dos inquiridos.

Nos inquéritos quantitativos, a metodologia utilizada está relativamente sistematizada, pelo que iremos seguir de muito perto o texto clássico de LAZARSFELD intitulado «Dos conceitos aos índices empíricos» [94].

Aquele sociólogo refere que qualquer ciência visa atribuir propriedades aos seus objectos específicos, isto é, proceder a uma classificação, descrição ou medida. Esta operação, na sociologia, começa pela elaboração (ou construção) de variáveis. A palavra «variável», oriunda da matemática e da física teórica, onde designava uma medida (portanto, uma quantificação do objecto), ganhou nas ciências sociais um sentido mais amplo, compreendendo-se nela todo o resultado da participação de conjuntos de objectos segundo um ou mais critérios inequívocos e comunicáveis entre investigadores (sexo, nível de qualificação profissional, idade, por exemplo). No caso do sexo está-se perante um *atributo dicotómico* (apresenta apenas duas possibilidades); na qualificação, perante uma *ordem* (ou grau); na idade, perante uma *variável «stricto sensu»* (ou medida), definida por um valor quantitativo.

Poderá dizer-se, mais genèricamente, que uma variável permite encontrar um critério de partição (ou classificação) preciso de conjuntos de unidades por classes de equivalência. Se, por exemplo, dividirmos uma população em dois ou três grupos, quanto ao seu racismo, definido através de indicadores precisos, procederemos a uma definição de classes distintas, ou *categorias* (muito racistas, pouco racistas, não racistas); se classificarmos os indivíduos numa certa ordem, através da hierarquização do seu racismo ($a > b > d > x \ldots$, definiremos classes ordenadas (*ordens* ou graus); se conseguirmos medir o nível de racismo de cada indivíduo (através duma escala de atitudes de TURSTONE, por exemplo, em que a cada unidade pessoal é atribuído um número correspondente à média dos valores das frases quantificadas com que concordou (p. ex.: $a = 0{,}3$; $b = 5{,}6$; $x = 9{,}7$), estaremos perante uma quantificação da variável «racismo», portanto, perante uma *medida* (ou variável s. s.).

Em qualquer destes casos, o investigador leva a cabo uma «estruturação», uma caracterização clara dos objectos observados segundo critérios determinados e explícitos; divide um conjunto em subconjuntos, formados por objectos considerados como *equivalentes,* da mesma forma que o matemático opera uma partição

---

[94] BOUDON e LAZARSFELD, *Le vocabulaire des sciences sociales* (bibl.), pp. 27-36. Todo este volume é consagrado aos problemas metodológicos da construção das variáveis, que permitem resumir um grande número de observações empíricas em proposições em número reduzido (tipologias) e construir conceitos rigorosos.

duma população em subpopulações disjuntas tais que cada elemento esteja numa só destas partes [95]. Consoante se chega a uma simples categorização, a uma hierarquização ou a uma quantificação, assim se deparará cada um dos três tipos fundamentais de variáveis (no sentido que as ciências sociais atribuem à palavra) [96].

Retomando o texto de LAZARSFELD, o autor apresenta quatro fases na construção das variáveis: a *representação sincrética do conceito,* a *especificação das dimensões,* a *escolha dos indicadores observáveis* e a elaboração dos *índices* que sintetizam aqueles. Através delas se transita progressivamente de imagens abstractas e ambíguas, ou de conotações intuitivas de noções (individualismo, desagregação familiar, adaptação social, coesão de grupo, etc.), a critérios e classificações objectivos que possibilitem a caracterização, partição e *contrôle* rigorosos dos conceitos e objectos sociais.

6.4.1 A representação sincrética do conceito

O ponto de partida é, portanto, uma noção intuitiva, um conjunto de imagens não sistematizadas e imprecisas (moral da empresa, rendimento do trabalho, gestão, inteligência, organização burocrática, tradicionalismo, religião, desintegração social, desenvolvimento, etc. — noções utilizadas em diversas disciplinas sociais). Neste momento não se consegue ainda caracterizar os indivíduos e outras unidades sociais em relação às ideias assim apreendidas, de acordo com critérios inequívocos.

Como saber se um indivíduo é mais inteligente do que outro? Uma empresa melhor gerida do que outra? Uma organização mais burocrática do que outra? O indivíduo x mais religioso do que o indivíduo y?

Importa precisar as definições e dar um conteúdo operatório às noções.

6.4.2 A especificação das dimensões do conceito

O segundo momento consiste no desdobramento da noção nos seus componentes, elementos integrantes ou aspectos, que LAZARSFELD designa por «dimensões». Podem ser deduzidas analìticamente do conceito englobante ou empìricamente da estrutura das suas intercorrelações. De qualquer forma, «um conceito corresponde geralmente mais a um conjunto complexo de fenómenos do que a um fenómeno simples e directamente observável».

Concretizemos com alguns exemplos. Se se quiser conhecer o rendimento do trabalho dum grupo de operários, interessa descobrir as dimensões em que se decompõe a noção de rendimento: veloci-

---

[95] Sobre a classificação (participações e relações de equivalência) cfr. BARBUT (bibl.), vol. I, cap. X.

[96] Em inglês, o neologismo *variate* designa a variável *lato sensu;* a *variable* é a variável *stricto sensu.* Trata-se, portanto, duma inovação linguística muito útil, que não tem correspondência em português.

dade de trabalho, qualidade do produto, rendabilidade do equipamento, etc.

Num estudo feito numa fábrica de construção aeronáutica discerniram-se dezanove componentes da noção de gestão (ausência de conflitos no seio do grupo, boas comunicações hierárquicas, flexibilidade da autoridade, política racional da direcção, importância relativa do efectivo dos quadros, etc.).

No estudo de ADORNO e seus colaboradores sobre a «personalidade autoritária», esta noção foi desdobrada em nove dimensões (convencionalismo, submissividade a um princípio de autoridade superior, agressividade despótica, anti-intracepção, superstição e estereotipia, insistência sobre a oposição dominação-submissão, destrutividade e cinismo, pessimismo e projectividade, puritanismo sexual excessivo).

Numa pesquisa feita sobre religiosidade, o conceito foi desdobrado em quatro dimensões (experiência mística: sentimentos; dimensão ideológica: crenças, aspectos cognitivos das atitudes religiosas; dimensão ritualista: práticas variadas; dimensão relativa às «obras» no sentido teológico do termo) [97]. O interesse deste estudo revela-se na tentativa de superar as mencionadas afirmações contraditórias e subjectivas sobre a religiosidade: todas as tentativas científicas da sociologia religiosa para medir o fenómeno devem precisar claramente as dimensões utilizadas na classificação dos indivíduos em relação ao tema abordado.

Num outro estudo, sobre integração social, o seu autor distinguiu quatro dimensões: cultural (concordância entre as normas duma cultura), normativa (conformidade do comportamento com as normas), comunicativa (intercâmbio de significações no grupo) e funcional (interdependência devida às permutas de serviços) [98]. Seguidamente, construíram-se técnicas de medida (indicadores) em relação a cada uma das dimensões.

Conforme ensina LAZARSFELD, deve salientar-se que, regra geral, a complexidade dos conceitos usados nas ciências sociais é tal que a sua tradução operatória exige a especificação duma pluralidade de dimensões.

---

[97] GLOCK, «Y a-t-il un réveil réligieux aux États-Unis?», na antologia citada de BOUDON e LAZARSFELD, pp. 49-68.

O Centro Internacional de Investigações Sociais da Universidade Gregoriana prepara actualmente um inquérito acerca de religião e ateísmo na diocese de Roma, tendente a verificar as relações entre diferentes parâmetros sociais (idade, sexo, naturalidade, instrução, preferências políticas, classe social) e seis dimensões das variáveis: conhecimentos religiosos, conformidade doutrinal, experiência e interiorização de modelos religiosos, atitude de pertença ao grupo religioso, práticas religiosas privadas e colectivas, valores e atitudes morais. Entre as preocupações dos seus responsáveis contam-se os propósitos de superar os dados existentes sobre a prática oficial e de alcançar um conhecimento objectivo, através de métodos científicos.

[98] LANDECKER, na antologia citada de BOUDON e LAZARSFELD, texto 2 da secção I.

6.4.3 A escolha dos indicadores

A) A terceira operação consiste em encontrar e seleccionar indicadores para as dimensões retidas, a fim de classificar as unidades da população do inquérito. Os indicadores são os dados empíricos que revelam (ou exteriorizam) a presença ou a intensidade duma variável.

LAZARSFELD começa por mencionar o conceito de prudência; os sinais, os indícios que apontam para o fenómeno são diferentes, consoante se trata dum agente de bolsa, dum cirurgião ou dum jogador profissional: o meio social do indivíduo é determinante e não deve esperar-se que cada pessoa reúna todas as condições que caracterizam a prudência das outras. Haverá sempre, no entanto, uma *probabilidade* que realize certos actos específicos daquela qualidade.

Se a relação entre cada indicador e a variável é definida em termos de *probabilidade* (e não de certeza), impõe-se a utilização dum número razoável de indicadores para cada dimensão. Torna-se indispensável, de qualquer modo, proceder prèviamente a *estudos de validação,* destinados a estabelecer a existência de relações estreitas entre os indicadores e os aspectos ou componentes do conceito.

B) Exemplificaremos uma vez mais com a investigação de ADORNO sobre a «personalidade autoritária».

Os autores partiram da hipótese de que a um conjunto-tipo de comportamentos sociais e de opiniões corresponderia uma atitude geral, que estaria relacionada com tendências profundas da personalidade [99]. Designadamente, um conjunto de reacções anti-semíticas, por exemplo, seria um sintoma de uma síndrome de personalidade (a autoritária), cujos atributos havia que analisar.

A fim de precisarem esta hipótese, tinham procedido a um *pré-inquérito* de exploração, baseado num conjunto de entrevistas centradas com estudantes anti-semitas, destinadas a apurar as suas reacções em relação a proposições muito variadas. Nesta fase prévia de pesquisa intensiva descortinaram-se certos temas que pareciam relacionados entre si. Uma vez explicitado o sistema de hipóteses, houve que verificar, por inquérito extensivo a uma população vasta, se os temas eram efectivamente sintomáticos duma personalidade típica [100].

---

[99] Assinala-se a analogia com o esquema já referido de EYSENCK, em vários níveis, que parte das opiniões isoladas acidentais, ainda não caracterizadoras da personalidade, para um nível já significativo de opiniões estáveis e habituais e, sucessivamente, para um conjunto de opiniões coerentes entre si, que são estruturadoras de atitudes e cuja interdependência é indício provável dum tipo ideológico; cfr., *supra,* 6.3.1, *maxime* nota 77.

[100] Os autores não se limitaram aliás ao uso do inquérito por questionário, uma vez que adaptaram as técnicas aos objectivos visados, que eram muito diversos; utilizaram também *testes projectivos* (um T. A. T. modificado), *entrevistas clínicas* e *escalas de atitudes,* além de muitas *questões abertas* no questionário; cfr. o que anteriormente se expôs sobre as técnicas suplementares (3.1) e o pré-inquérito (6.2).

Para cada uma das dimensões encontradas construíram-se conjuntos de proposições ou frases, cada uma das quais era submetida à aprovação ou desaprovação dos inquiridos. O número de respostas (aprovadoras ou desaprovadoras) dadas pelos indivíduos permitia *classificá-los* quanto à dimensão correspondente; as respostas forneciam, portanto, *indicadores* da estrutura das suas atitudes e personalidade [101]. Eis exemplos de proposições relativas a algumas dimensões: «a obediência, o respeito e a disciplina são as principais qualidades que se devem ensinar a uma criança» (submissividade a um princípio de autoridade superior); «quando uma pessoa tem um problema, é preferível que não pense nele, mas se ocupe de coisas mais ligeiras e distractivas» (anti-intracepção); «as guerras e os conflitos sociais podem um dia acabar com um tremor de terra ou um dilúvio que destruirá o mundo inteiro» (projectividade e pessimismo) [102].

A validação prévia dos indicadores tinha permitido, por outro lado, verificar que as correlações entre o resultado global e as respostas a cada proposição eram suficientemente elevadas para que os indicadores pudessem ser considerados como pertencentes às dimensões respectivas [103].

Do ponto de vista teórico, as conclusões apuradas mediante as técnicas intensivas descritas (designadamente os testes projec-

---

[101] Poderá assim dizer-se que cada resposta traduzia (ou revelava) uma *opinião* e que um conjunto de opiniões indicavam uma *atitude*.

[102] Para se ter uma ideia do conteúdo das nove dimensões da personalidade autoritária, referem-se algumas especificações: convencionalismo (rigoroso conformismo); submissividade autoritária (submissão incrítica e cega às autoridades idealizadas do seu próprio grupo); agressividade (tendência para rejeitar, condenar e punir os anticonformistas); anti-intracepção (condenação dos valores da subjectividade, da fantasia, do sentimento e da tolerância); superstição e estereotipia (crenças em determinantes místicas do destino, propensão para pensar segundo categorias rígidas); poder e dureza (preocupação com a oposição dominação-submissão); destrutividade e cinismo (hostilidade difusa, vilipêndio global do ser humano); pessimismo (crença em catástrofes ameaçadoras, projecção externa de impulsos emocionais inconscientes); moralismo (exagerada preocupação com os comportamentos sexuais dos outros). Em relação a cada dimensão, seleccionavam-se baterias de frases significativas submetidas à apreciação dos inquiridos.

[103] Ensaiaram-se formas sucessivas de escalas de proposições, a fim de eliminar os indicadores ambíguos e inválidos, mediante a aplicação de técnicas estatísticas e de critérios teóricos de riqueza das ideias e de exaustividade. Cada indivíduo englobado no quartil (¼ da população considerada) com notas mais elevadas tendia a apresentar também as notas mais elevadas na maioria das proposições e dos grupos de frases; para cada proposição e cada grupo, a diferença entre os que tinham notas elevadas na escala total e os que tinham notas fracas era estatisticamente significativa (isto é, não se devia ao acaso, antes exprimia, com uma margem alta de probabilidade, uma diferença real).

A hipótese subjacente era, por outro lado, a de que cada indicador (resposta) tem tantas mais probabilidades de aparecer como positivo quanto mais a característica genotípica ou latente é afirmada no respondente. Daqui se infere que, quanto mais elevados são o número, a clareza e a firmeza das respostas positivas fenotípicas (directamente observáveis), que vão no sentido da característica estudada, mais provàvelmente elevado deve ser o grau do respondente na ordem latente que se quer determinar; cfr. LÉVY (bibl.); ADORNO, BRUNSWIK, LEVINSON e SANFORD (bibl.); BOUDON e LAZARSFELD, *Le vocabulaire des sciences sociales* (bibl.), pp. 10-15.

tivos, as entrevistas clínicas e as escalas de atitudes) permitiram determinar o papel das tendências da personalidade-tipo para organizar, estruturar e dar um sentido aos valores, às atitudes e às opiniões.

A importância teórica e metodológica deste estudo parece ter ficado bem vincada e transparecer claramente ao longo dos vários aspectos que foram sucessivamente referidos [104].

C) Retomando as pesquisas atrás mencionadas, poderemos exemplificar outros indicadores.

No estudo sobre religiosidade, a dimensão ritualista pôde ser indiciada por vários actos praticados pelos inquiridos no domínio religioso (culto, oração, leitura da Bíblia, pertença a uma igreja, assistência aos ofícios, etc.).

Na investigação sobre integração social, a dimensão normativa foi revelada por duas medidas específicas: um índice de criminalidade, que utilizava taxas de criminalidade correspondentes a infracções determinadas (homicídio voluntário, furto, etc.) e media negativamente o nível da integração; e um índice de melhoria concertada do bem-estar (*«wellfare effort index»*), que se baseava na participação financeira do cidadão na promoção da comunidade (número de subscritores de empréstimos em relação ao número de famílias, quantidade de subscrições em relação ao volume de vendas a retalho). Quanto à dimensão comunicativa, podem usar-se indicadores (positivos e negativos) muito variados: percentagem de suicídios, certas desordens mentais, relações interpessoais numa comunidade, frequência de contactos sociais de vizinhança, escolhas e rejeições sociométricas, preconceitos, etc. [105]

6.4.4 A formação dos índices

A quarta fase descrita por LAZARSFELD respeita à elaboração da *síntese* dos dados obtidos no decurso dos momentos antecedentes: trata-se de construir uma medida única a partir das informações empíricas elementares concernentes aos vários indicadores das dimensões.

Como se viu, cada indicador liga-se, por uma relação de *probabilidade,* com a variável que se quer determinar. Ora pode suce-

---

[104] Procurou-se pôr em relevo, fundamentalmente, aspectos *metodológicos* atinentes ao *como investigar,* de acordo com a orientação impressa a este estudo, de forma que *o conteúdo dos exemplos importa menos do que a sugestão da sua aplicabilidade a outros campos de pesquisa.* Isto não exclui, portanto, que a validade do tipo de personalidade descrito seja — como escreve A. SEDAS NUNES — «limitada histórica, sociológica e culturalmente»; cfr. A. SEDAS NUNES, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento* (bibl.), p. 151.

[105] Conforme anteriormente se referiu, ao tratar dos tipos de dados (*supra,* 6.3.1), as questões objectivas suscitam usualmente problemas menos complexos do que os dados subjectivos, especialmente os menos superficiais, que não são directamente observáveis e têm normalmente de ser apreendidos através de técnicas de informação *indirecta* (testes, escalas de atitudes): a escolha dos indicadores torna-se então particularmente melindrosa e requer uma competência muito qualificada.

der, como escreve aquele autor, que «a posição fundamental dum indivíduo não se modifique, mesmo que se registe uma variação acidental de um indicador particular; inversamente, pode a posição fundamental evoluir sem que um certo indicador traduza esta alteração. Mas, quando um índice compreende um vasto conjunto de indicadores, é pouco provável que um grande número deles mudem na mesma direcção, se a posição fundamental permanecer inalterada».

Um problema particular decorre do facto de nem todos os indicadores se comportarem da mesma sorte em relação à variável que exteriorizam. A elaboração dum índice englobante dum conjunto heterogéneo de indicadores suscita a necessidade de estudar as relações entre estes através de processos matemáticos: convém definir a potência dos vários elementos de informação indiciários, comparativamente uns aos outros, de forma a dosear a sua contribuição, *ponderando-a* na medida que se pretende concretizar.

No caso há pouco examinado do índice de integração normativa (conformidade do comportamento com as normas sociais), o índice de criminalidade foi mais fortemente ponderado, em virtude da sua correlação mais elevada e significativa com as variáveis ligadas à integração, e combinado com o índice de promoção concertada, numa medida única.

Quando se constroem índices relativos a conceitos psicológicos e sociológicos complexos, selecciona-se geralmente um conjunto de indicadores relativamente limitado, o que introduz uma certa margem de arbitrariedade: porquê certos indicadores, e não outros? Não existe actualmente uma teoria formalizada que permita resolver o problema com rigor; a única forma de saber se uma medida é satisfatória é escolher outros indicadores e verificar se conduzem aos mesmos resultados. Este processo implicaria, no entanto, uma infinidade de pesquisas, tantas quantas as combinações possíveis de elementos informativos reveladores de variáveis.

Um primeiro resultado que limita o alcance da discussão é o proveniente de verificações de «validade interna» que têm sido feitas, nos casos em que a análise conceptual permite definir com uma precisão razoável as dimensões: os vários índices fazem aparecer resultados idênticos, mesmo quando compostos de indicadores distintos. Ainda quando não classifiquem os indivíduos da mesma forma, apresentam-se estatìsticamente ligados e, principalmente, produzem resultados empíricos semelhantes em relação a uma *variável exterior:* é a chamada intermutabilidade dos índices.

6.4.5 A intermutabilidade dos índices

Continuemos a seguir o texto de LAZARSFELD, caracterizador dum procedimento metodológico corrente em sociologia [106].

Sendo embora impossível construir indicadores totalmente válidos e desprovidos de ambiguidade, o texto mostra que, desde

---

[106] LAZARSFELD e TIELENS, «Deux mesures de l'éminence», in BOUDON e LAZARSFELD, *Le vocabulaire des sciences sociales* (bibl.), pp. 69-73.

que se tenha uma bateria de indicadores suficiente, pouco importa, geralmente, perguntar se se deve utilizar um subconjunto de indícios ou outro, uma vez que a sua relação com uma característica externa se mantém sensìvelmente estável, ainda que mudem os indicadores.

Tratava-se de construir dois índices de «eminência» de professores do ensino superior; um era relativo aos títulos universitários e aos cargos científicos (título de doutor, membro duma sociedade científica, responsabilidade de conselheiro científico); o outro era de produtividade (redacção de uma tese, publicação do mínimo dum livro, mais de três comunicações a um congresso, artigos publicados).

As duas baterias de indicadores conduziram naturalmente a classificações diferentes dos professores: 36 % dos observados foram classificados de forma distinta pelos dois índices, o que pode parecer, à primeira vista, desencorajador; mas não se deve esquecer que o resultado era inevitável, uma vez que a relação do indicador com a variável latente é de probabilidade, como já sabemos. As classificações das ciências humanas são sempre, duma certa forma, imperfeitas, como escreve LAZARSFELD.

Analisando, no entanto, a *estrutura das relações* entre a variável genotípica («eminência») medida por *cada um* dos dois índices, por um lado, e as variáveis «idade» e «promoção», por outro lado, verificou-se que *a estrutura das relações era idêntica, independentemente do índice usado,* como se pode ver no quadro n.º 4:

Estrutura das relações entre dois índices diferentes de eminência e as variáveis «idade» e «promoção»

(segundo LAZARSFELD, 1965)

QUADRO N.º 4

	Percentagem de professores titulares em função da idade e da eminência		
	Menos de 40 anos	De 41 a 50 anos	Mais de 50 anos
Eminência (cargos e títulos):			
Elevada	18 %	65 %	88 %
Média	6 %	28 %	73 %
Baixa	2 %	22 %	44 %
Eminência (produtividade):			
Elevada	15 %	63 %	87 %
Média	7 %	39 %	65 %
Baixa	2 %	23 %	45 %

As percentagens variam nas duas partes superior e inferior do quadro, mas a *estrutura* das relações entre variáveis é semelhante em cima e em baixo, como se pode verificar se se traduzirem os resultados duma forma gráfica.

A relação dos índices com uma variável exterior fornece resultados comparáveis e muitas outras pesquisas têm chegado a idên-

ticas conclusões, sempre que os indicadores são razoàvelmente seleccionados, como o mostram os textos de outros sociólogos (HORWITZ e SMITH) publicados na antologia metodológica que temos vindo a acompanhar [107].

Enunciam-se duas considerações brevíssimas a finalizar esta matéria:

Em primeiro lugar, deve ter-se presente que nos movemos no âmbito delimitado pelos inquéritos quantitativos, o que não pode fazer esquecer o *contrôle* metodológico da quantificação.

Muitas pesquisas qualitativas têm usado uma linguagem constituída por variáveis e indicadores e uma sintaxe estruturadora de relações entre variáveis; conforme observa BOUDON, os princípios expostos não resultam duma metodologia inventada *a priori,* mas enraízam-se na reflexão incidente sobre as investigações produzidas até hoje pelos sociólogos, a qual orienta e clarifica os processos lógicos mais correntemente utilizados na pesquisa empírica.

6.5 *A lógica da análise das relações entre variáveis*

Transitaremos agora do vocabulário (ou conceptualização) da linguagem metodológica para a sua *sintaxe,* ou seja, para a definição das relações entre variáveis.

Trata-se, fundamentalmente, da análise da causalidade: *tendo uma proposição hipotética relacionado entre si duas variáveis, importa introduzir, como variáveis de «contrôle», outras características dos objectos estudados e verificar se a ligação original se mantém, enfraquece ou desaparece.* Por outras palavras, uma relação meramente estatística, desprovida de explicação causal, não é suficiente se o investigador se pretender situar ao nível da *explicação sociológica,* que consiste em definir as *estruturas* (ou sistemas de relações) causais explicativas dos factos sociais, traduzidas em relações entre variáveis [108].

---

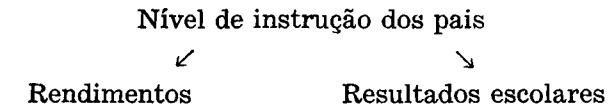
[107] O grau de imprecisão nas medidas e na classificação dos inquiridos levanta o problema dos «casos desviantes»: cfr. BOUDON e LAZARSFELD (dir. de), *L'analyse empirique de la causalité* (bibl.), secção III.

Sobre os índices enumerativos e paramétricos cfr. BOUDON e LAZARSFELD (dir. de), *Le vocabulaire des sciences sociales* (bibl.), secções II e IV; sobre as tipologias na análise dimensional cfr. a secção III e BOUDON, *L'analyse mathématique des faits sociaux* (bibl.), cap. VI.

Os complexos problemas lógicos ligados à construção dos índices têm encontrado respostas específicas nos modelos matemáticos das escalas de GUTTMAN e da estrutura das classes latentes de LAZARSFELD; cfr. BOUDON, *Les méthodes en sociologie* (bibl.), cap. III.

[108] Como veremos, este nível de leitura dos factos sociais, para além da sua função heurística de sugestão de que, a partir dos dados existentes, outras interpretações teóricas mais razoáveis podem ser provadas mediante recolha de informação adequada, possibilita a combinação entre os métodos qualitativos e os quantitativos, em ordem a superar o uso desprevenido de certas técnicas quantitativas, como a correlação.

Exemplifiquemos: as primeiras observações apuradas nos estudos sobre o «êxito escolar» verificaram que havia uma relação positiva entre os rendimentos dos pais dos estudantes e os resultados escolares. Os investigadores não se contentaram, no entanto, em descobrir esta relação empírica entre duas variáveis e procuraram detectar a estrutura causal das relações entre fenómenos, através duma interpretação teórica mais complexa, que os conduziu a novas observações: designadamente, elaboraram quadros destinados a verificar uma hipótese mais consistente, segundo a qual *seria o nível cultural familiar que directamente explicaria o êxito escolar*. Efectivamente, homogeneizando os grupos de estudantes quanto ao nível cultural da família (isto é, analisando subgrupos escolares provenientes de famílias de cultura semelhante), a relação original entre rendimento e bons resultados desaparecia. A relação entre rendimentos e resultados devia-se ao facto de a um nível de instrução superior corresponder habitualmente um nível de rendimentos mais elevado. Esta relação estatística inicial resultava, portanto, dum modelo de relações causais entre três variáveis, que permitia a explicação dos factos observados [109].



6.5.1 Explicação sociológica e sistema de relações causais: o papel da teoria na investigação

A) Impõe-se iniciar o estudo do problema por algumas considerações tendentes a classificar a importância da análise teórica nesta fase.

A associação duma estrutura causal adequada às observações feitas supõe a existência duma hipótese teórica explicativa, que dá àquela todo o sentido útil. Pode dizer-se, duma maneira geral, que o conjunto de hipóteses formuladas pelo sociólogo em face duma observação empírica se traduz numa interrogação metódica sobre o *sistema de relações* de dependência entre variáveis expli-

[109] Deve assinalar-se que seria possível estudar estes problemas metodológicos a propósito da fase de análise e tratamento dos resultados do inquérito. Justifica-se, no entanto, a sua abordagem na altura do exame do planeamento: as fases finais tendem a responder às *questões* postas no plano de investigação, havendo um *encadeamento* íntimo entre os problemas. Designadamente, a introdução de variáveis suplementares destinadas a controlar as relações iniciais pressupõe a recolha prévia de informação necessária e suficiente para a medida daquelas variáveis; na sua falta, os inquiridores teriam de refazer o inquérito desde o início, elaborando inclusivamente novos questionários para apurar dados sobre as variáveis explicativas. A utilidade da *previsão* dos problemas futuros no plano de análise explicativa revela-se aqui duma forma flagrante. O esquema de ordenação proposto poderia valer-se de outras considerações justificativas; observa-se, aliás, que alguns autores desenvolvem simultâneamente os problemas que vamos apresentar a propósito do plano de pesquisa e da análise dos resultados; cfr. SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK (bibl.), caps. IV e XI.

cativas (independentes) e variáveis a explicar (dependentes), em função duma problemática teórica.

Esta afirmação é tanto mais verdadeira quanto mais se sai do nível da simples *descrição* (a sociografia, que enuncia meras relações empíricas de fenómenos) e se pretende chegar ao nível da *explicação* (sociologia), que pressupõe *uma hipótese teórica que reenvia a tipos de interpretação causal* [110].

B) Antes de entrarmos no fulcro lógico do problema exemplificaremos com a pesquisa de DURKHEIM sobre o suicídio, a qual mostra as relações entre as generalizações empíricas e as considerações teóricas [111].

Uma das regularidades empíricas verificadas foi a seguinte: os católicos acusavam uma percentagem de suicídios inferior à dos protestantes, num meio englobante duma grande variedade de populações. Esta regularidade empírica, para ganhar uma significação teórica, deveria inserir-se num conjunto de proposições relacionadas, cuja cadeia era aproximadamente a seguinte:

A coesão social gerava um apoio psicológico aos membros do grupo sujeitos a tensões e ansiedades acentuadas.
A percentagem de suicídios estaria dependente das tensões e angústias não superadas a que os indivíduos estavam sujeitos.
Os católicos acusam maior coesão social do que os protestantes.
Deve esperar-se, portanto, que nos católicos se verifique uma percentagem de suicídios inferior à registada nos protestantes.

Este caso mostra que a explicação teórica aparece quando a generalização empírica é *conceptualizada em abstracções de nível superior* (catolicismo, coesão social, ansiedade, taxa de suicídios), incorporadas em proposições mais gerais. A constância estatística é *reformulada* numa relação, não já entre uma filiação religiosa e um comportamento, mas entre grupos com certas características conceptualizadas (coesão social) e o comportamento. O campo da descoberta empírica inicial estendeu-se e correlações aparentemente difíceis de explicar aparecem insertas num modelo causal de relações complexas (a diferença entre os casados e os solteiros, quanto à taxa de suicídio, poderia explicar-se pela mesma teoria).

---

[110] Cfr., sobre os níveis de pesquisa, *supra*, 6.2. Muitos estudos de carácter meramente exploratório não são orientados por hipóteses precisas, mas neste caso situam-se num nível simplesmente descritivo.

[111] Passamos a seguir um texto de MERTON que apresenta a pesquisa de DURKHEIM sobre as relações entre a teoria e a pesquisa empírica (*Éléments de théorie et de méthode sociologique* [bibl.], cap. I).

DURKHEIM é um autor que mostrou, em reacção contra o positivismo dos italianos FERRI e LOMBROSO, que não bastava apurar relações estatísticas para provar relações de causalidade.

As inter-relações abstracção-concretização, dedução-indução, teoria--pesquisa empírica aparecem a uma nova luz [112].

Mostrando-se, por outro lado, que a pertinência teórica duma relação empírica decorre dum sistema de relações causais, resulta daqui que as generalizações estatísticas apuradas (diferenças estatísticas nas taxas de suicídio) confirmam o grupo de proposições de que as relações empíricas (muito variadas) foram deduzidas: o papel relevante da teoria sistemática transparece claramente.

Finalmente, o paradigma lógico apresentado manifesta tipos de variáveis assaz distantes do suicídio. Por exemplo, «inquéritos realizados sobre comportamentos obsessivos, preocupações mórbidas e outras condutas inadaptadas mostraram a sua relação com a não coesão de grupo. A problematização teórica da medição descritiva aumenta a fecundidade da pesquisa graças ao exame sucessivo das suas implicações» [113].

O esquema é aproximadamente o seguinte: *conceito teórico-hipótese explicativa* (proposição provisória que interpreta e relaciona variáveis num sistema causal)-*verificação*-integração das relações testadas no corpo de conhecimentos existentes (*extensão* do conhecimento certificado). O sistema de determinações hipotéticas das variáveis tende a estender-se progressivamente, pelo que o modelo causal se pode tornar assaz complexo [114].

Esclarecido o papel da teoria na explicação sociológica, apresentaremos seguidamente uma estrutura causal relativamente simples, que exemplifica um caso de inserção de variáveis suplementares de *contrôle* numa relação inicialmente observada entre duas variáveis.

6.5.2 A análise multivariada

A) Recorremos uma vez mais a um texto clássico de LAZARSFELD [115].

---

[112] A passagem, por indução universalizadora, da observação concreta para a abstracção generalizadora (hipótese) e desta, mediante dedução, para o enunciado do facto particular a ser observado mostra a relação dialéctica entre a teoria e a pesquisa empírica: a leitura atenta dos textos em que se regista a investigação sociológica permite compreender melhor aquela relação de tensão, assim como a importância das funções da *imaginação científica*.

[113] MERTON (bibl.), cujo texto, como dissemos, seguimos fielmente.

[114] Escreve J. C. Ferreira de ALMEIDA: «[...] os 'dados' mais não são do que *indicadores*, sinais que remetem para variáveis cujo sentido é fornecido por uma análise conceitual decorrente-constituinte da teoria [...]» (art. cit., § 21); «[...] necessário se vai tornando ultrapassar a pura recolha do factual, o simples inquérito 'social', o estudo descritivo, socio-*gráfico*, elementar, e atingir o plano da elaboração teórica e conceitual, da socio-*logia* [para o A., o nível analítico-interpretativo] — com todos os problemas do rigor metodológico (e não simplesmente tecnológico, como demasiadamente se tende a pensar) que então se colocam.

Quantas pessoas haverá em Portugal capazes de *transcrever* um problema dito 'concreto' em linguagem de análise científica, de elaborar o *esquema teórico* que lhe corresponda, de fazer a passagem deste para o *plano de análise* dos dados a recolher, de assegurar a validade operatória dessa recolha, etc., em suma: de estabelecer e controlar de forma correcta um *plano de investigação* sociológica [...] completo?» (Art. cit., nota 15).

[115] «L'interprétation des relations statistiques comme procédure de recherche», in BOUDON e LAZARSFELD, *L'analyse empirique de la causalité* (bibl.).

Tratava-se de empreender um conjunto de estudos sobre as preferências em matéria de emissões radiofónicas e, a certa altura, o autor procurou observar as relações entre a *idade* (variável independente: x) e o interesse por três tipos de emissões: programas religiosos, políticos e de música clássica (variáveis dependentes: y).

Os resultados são apresentados no quadro n.º 5:

Relações entre a idade e o interesse por três tipos de emissões
(segundo LAZARSFELD, 1966)

QUADRO N.º 5

	Jovens (percentagem de auditores)	Não jovens (percentagem de auditores)
Programas religiosos	17	26
Programas políticos	34	45
Programas de música clássica	30	29
(Número de casos)	(1000)	(1300)

Observa-se que os mais velhos procuram mais emissões religiosas e políticas e que não existe diferença entre os dois grupos de idade relativamente aos programas de música clássica. Poderia pensar-se, à primeira vista, que haveria interesse menor dos jovens pelos valores políticos e religiosos, na base destas relações, e que, quanto à música clássica, seria o gosto a única razão determinante.

O sociólogo não se satisfez, no entanto, com esta relação primitivamente apurada e procurou esclarecer (ou, melhor, *explicar*) a relação inicial através da introdução duma nova variável *(variável-teste):* o *nível de instrução* (t), que possibilita a elaboração de duas novas relações (ditas condicionais). O problema formulado foi o seguinte: que sucede à relação originária entre idade e preferência radiofónica se se estudarem separadamente os indivíduos com grau de instrução *homogéneo* (inferior ou superior)?

1. A resposta foi fornecida pelo quadro n.º 6 no que toca às emissões religiosas. A primeira linha reproduz a informação apresentada no quadro n.º 5:

Interesse pelos programas religiosos, em função da idade e do nível de instrução

QUADRO N.º 6

Jovens 17 %		Não jovens 26 %	
Nível de instrução superior		Nível de instrução inferior	
Jovens	Não jovens	Jovens	Não jovens
9 %	11 %	29 %	32 %

Todo este 2.º volume da antologia metodológica é consagrado ao desenvolvimento dos problemas lógicos que iremos apresentar resumidamente.

A leitura do quadro n.º 6 permite verificar que a relação primitiva entre idade e interesse por emissões religiosas desapareceu quase completamente; ela devia-se afinal ao facto de, em virtude da extensão progressiva do ensino, o nível cultural-escolar nos jovens ser mais elevado do que nos mais velhos. Sendo o nível de instrução determinante do interesse pelos programas religiosos, compreende-se a relação original, que desaparece pràticamente com a homogeneização dos grupos quanto à variável «instrução».

O gráfico 1 permite visualizar melhor o sistema de relações [116]:

GRÁFICO 1

Estrutura causal do quadro n.º 6

Idade → Nível de instrução → Preferência por programas religiosos
(x) (—) (t) (—) (y)

O sinal (—) situado sob as setas significa que a relação entre as variáveis é negativa: sendo a idade mais elevada, a instrução é inferior; sendo esta inferior, aumenta o interesse pelo tipo de emissões religiosas. Uma interpretação desavisada da relação estatística inicialmente observada levaria ao erro de se supor que os jovens estariam menos implicados quanto aos valores religiosos; mas a implicação é pràticamente a mesma, independentemente da idade, quando a instrução é idêntica [117].

O autor reproduz então a mesma lógica de análise para as outras duas categorias de programas. Importa notar que a variável de *contrôle* desempenha papel muito diferente segundo os exemplos.

2. Começamos por apresentar os resultados relativos ao interesse pelas emissões políticas (quadro n.º 7):

Interesse pelas emissões políticas, em função da idade e da instrução

QUADRO N.º 7

Jovens 34 %		Não jovens 45 %	
Nível de instrução superior		Nível de instrução inferior	
Jovens	Não jovens	Jovens	Não jovens
40 %	55 %	25 %	40 %

[116] Neste caso, a variável-teste (t) é temporalmente *intermediária* entre as variáveis independente (x) e dependente (y).

Poderiam apresentar-se exemplos de variáveis-teste *anteriores* às outras duas: $t \nearrow^{x}_{y}$. Exemplo: a pesquisa de DURKHEIM em que x designa o suicídio, y a temperatura e t a duração do dia, que determina a intensidade da vida social. Também aqui a relação primitivamente observada entre x e y era falaciosa.

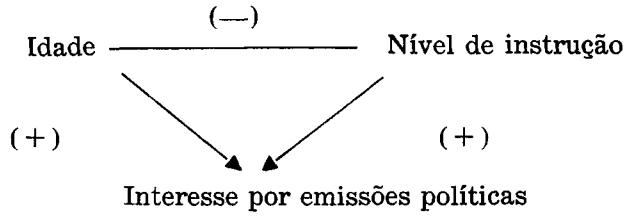
Fala-se, em ambos os casos, em estrutura de efeito de regressão.

[117] Importa referir que o conteúdo dos exemplos é localizado espacial e temporalmente; a lógica (a forma) da análise multivariada é que é generalizável, e é este o seu interesse.

Como se pode ler no quadro, a relação inicial entre a idade e a preferência pelo tipo de emissões políticas aparece aumentada; no interior de cada grupo de instrução, a diferença devida à idade é mais acentuada do que na amostra global (as relações condicionais são mais marcadas do que a relação primitiva). Idade e instrução influenciam o interesse por aquela categoria de programas: a estrutura das relações está representada no gráfico 2:

GRÁFICO 2

Estrutura causal do quadro n.º 7



Como escreve BOUDON, ao apresentar o texto de LAZARSFELD, a introdução da variável de *contrôle* permite aperfeiçoar a interpretação. A instrução influencia positivamente o interesse político, na medida em que favorece a capacidade de compreensão, avaliação e actuação sobre os factos políticos; o nível inferior de instrução poderá, por outro lado, estar relacionado com a ocupação de posições sociais inferiores, tendentes a engendrar atitudes de retracção. *Para verificar estas novas interpretações, o investigador poderia introduzir novas variáveis-teste* (atitudes de implicação e retracção em relação aos problemas políticos; estatuto social) [118].

Quanto à outra variável (idade), continua a exercer um efeito independentemente da instrução, o que pode ser explicado pelo facto de o tipo de inserção social do adulto o interessar mais pelos factos políticos [119].

3. Vejamos, finalmente, os efeitos da introdução da variável-teste «nível de instrução» no que concerne à audiência de programas de música clássica (quadro n.º 8):

Interesse pela música clássica, em função da idade e da instrução

QUADRO N.º 8

Jovens 30 %		Não jovens 29 %	
Nível de instrução superior		Nível de instrução inferior	
Jovens	Não jovens	Jovens	Não jovens
32 %	52 %	28 %	19 %

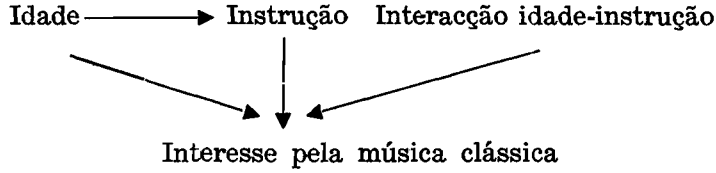
[118] BOUDON, *Les méthodes en sociologie* (bibl.), p. 67.
[119] ID., *ibid.*

Recorda-se que, no quadro inicial, a idade não desempenhava nenhum papel na preferência pelos programas de música clássica; ora *a introdução da variável de «contrôle» permite evidenciar duas tendências contrárias que estavam ocultas nos resultados iniciais.* A relação entre idade e preferência torna-se positiva na subamostra de instrução superior e negativa na de instrução inferior. Num meio mais cultivado, a idade superior parece estimular o interesse pelas manifestações culturais e, designadamente, pela música clássica, enquanto os jovens são atraídos possìvelmente por outras formas culturais (seria necessário investigar esta hipótese); num meio menos culto, pelo contrário, a atenção dominante pelos programas de música clássica parece coincidir com a presença da influência da escolaridade, enquanto o interesse cultural (limitado por diversos factores adversos naquele meio) declina com a idade.

O gráfico 3 permite visualizar a estruturação das relações entre as variáveis:

GRÁFICO 3

Estrutura das relações do quadro n.º 8



A influência da instrução sobre a audiência radiofónica depende da idade (não há um efeito isolável da instrução, porque ele varia com a idade); correlativamente, a idade influencia a audiência, mas este efeito depende da instrução (o efeito difere totalmente, *invertendo-se o sentido,* nos grupos mais cultivados e nos grupos menos cultivados). Esta impossibilidade de separar os efeitos das duas variáveis conduziu os investigadores a falarem neste caso em estrutura de efeito de *interacção* [120].

A lógica geral de análise que acaba de ser apresentada enriquece claramente a investigação sociológica. Além disso, o procedimento poderia ser generalizado, conforme várias vezes se sugeriu, a mais de três variáveis, o que conduziria à análise multiva-

[120] LAZARSFELD fala em *«especificação»*: trata-se efectivamente de especificação duma relação entre as variáveis independente (x) e dependente (y) por uma variável-teste (t). No caso exemplificado, esta é intermediária de x e y: se t é posterior a x, fala-se em *circunstância* (ou contingência) especificadora da acção entre x e y.

Se t é anterior a x, será considerada como uma *condição* especificadora. Mas, sendo o efeito de interacção, por definição, simétrico, as duas estruturas causais são idênticas *(interacção)*. Talvez fosse mais correcto representar a estrutura por uma seta confinando com uma ligação entre as variáveis (e não com uma variável):



riada de estruturas complexas de relações entre variáveis. Neste caso, um raciocínio meramente intuitivo, como aquele que foi exposto, tornar-se-ia muito mais difícil; mas seria então possível utilizar métodos matemáticos adequados [121].

B) Os propósitos que guiaram a anterior exposição dos problemas lógicos da análise multivariada parecem ter sido cumpridos:

Por um lado, demonstrou-se que as meras relações empírico-descritivas não permitem, em *sociologia,* tirar conclusões causais; impõe-se, portanto, construir um sistema de relações explicativo.

Por outro lado, a análise dos tipos de estruturas, baseada na introdução duma variável-teste numa relação empírica observada, possibilitou a exemplificação dum esquema lógico fundamental na interpretação dos dados estatísticos.

7. Metodologia do inquérito, pesquisa comparativa e formação metodológica de investigadores e estudantes de ciências sociais

Versaremos agora um último ponto, que irá permitir-nos introduzir alguns problemas referentes à importância do rigor metodológico na preparação e condução de inquéritos e à influência daquele princípio e da investigação comparativa no ensino das ciências sociais.

Os progressos verificados no tratamento por máquinas de grandes massas de informações e a constituição de importantes arquivos ou «bancos de dados» em vários países têm contribuído para desenvolver os estudos comparativos.

A partir de 1950, principalmente, a produção anual de inquéritos nos países mais industrializados alcançou um ritmo vigoroso e a informática conheceu uma evolução progressivamente mais rápida [122].

Foi então que a análise comparativa começou a ser empreendida sistemàticamente. Em 1951 foi criada uma Comissão de Investigações sobre a Estratificação Social, sob os auspícios da Associação Internacional de Sociologia, e, em 1957, instituído o Roper Public Opinion Research (R. P. O. R.), na sequência do acordo entre um organismo de sondagens — a companhia Roper — e um

---

[121] Cfr. BOUDON, *L'analyse mathématique des faits sociaux* (bibl.). Não se deve esquecer que a forma lógica apresentada foi a mais simples, o que suscita várias limitações: designadamente, a introdução das variáveis-teste é feita uma a uma, a forma das variáveis tem de obedecer a certas condições e elas têm de ser dicotomizadas.

[122] O tratamento dos dados por meios mecanográficos e electrónicos possibilitou a constituição metódica e estandardizada de importantes bancos de informação, além de ter contribuído para o progresso no planeamento da análise e no tratamento dos resultados de inquéritos.

estabelecimento universitário — o Williams College (em Massachusetts, nos Estados Unidos).

Os objectivos do R. P. O. R. (considerado o primeiro «banco de dados» criado no mundo) são os seguintes:

a) Enriquecer quantitativa e qualitativamente o fundo de dados de inquéritos ao dispor dos especialistas das ciências sociais;

b) Tornar estes dados mais fàcilmente acessíveis aos interessados;

c) Contribuir para a extensão das pesquisas feitas com o auxílio daqueles dados;

d) Favorecer os progressos da comparabilidade entre os resultados das pesquisas efectuadas, por meio de inquéritos por sondagem, em meios culturais e nacionais diferentes;

e) Estimular as investigações internacionais.

Progressivamente, várias universidades americanas criaram instituições análogas.

O Survey Research Center da Universidade da Califórnia (Berkeley) institui o International Data Library and Reference Service (I. D. L. R. S.), destinado a obter, elaborar e analisar dados de inquéritos feitos no país e no estrangeiro, a organizar novos inquéritos e a servir de laboratório de formação de especialistas e estudantes de ciências sociais; quanto a este último aspecto, a formação em *metodologia do inquérito social* abrange a concepção da pesquisa, o planeamento e a análise de resultados, mediante o recurso ao cálculo automático e o fornecimento de dados para *análises secundárias* (pesquisa sobre informação, prèviamente recolhida e conservada, utilizada depois para outros fins além daqueles que determinaram a sua recolha).

O Survey Research Center da Universidade de Michigan (Ann Arbor), um dos mais notáveis centros de investigação dos E. U. A., prossegue objectivos semelhantes aos anteriormente apontados: recolha e tratamento de dados de inquéritos sociais; elaboração de planos de inquérito e promoção de novas pesquisas; classificação estandardizada de informação por categorias (utilizando os mais modernos processos de tratamento automático), posta depois à disposição de investigadores de outras universidades e centros de pesquisa, americanos e estrangeiros, para análises secundárias, mediante acordo contratual; formação metodológica de estudantes nos procedimentos de inquérito, através da sua *participação* em pesquisa primária e nas análises secundárias; formação teórica e prática de investigadores de ciências sociais.

O Nation Opinion Research Center, de Chicago, e várias outras instituições análogas aos bancos de dados em múltiplas universidades (Yale, Califórnia-Los Angeles, Carolina do Norte, Wisconsin, etc.) prosseguem objectivos e utilizam processos semelhantes aos anteriormente referidos.

O Inter-University Consortium for Political Research (I. C. P. R.), destinado à investigação experimental no domínio da ciência política, apresenta um programa caracterizado por diversos aspectos: criação de arquivos, promoção do acesso à documen-

tação existente, especialização metodológica e tecnológica de estudantes e graduados, sistematização da recolha de dados e garantia da sua *qualidade,* normalização da apresentação e dos métodos de acesso à informação, comunicação com outros centros no que se reporta aos objectivos anteriores.

Em 1960, a Universidade de Colónia tornou-se a primeira da Europa a criar um banco de dados: o Zentralarchiv, que se tem consagrado a recolher metodològicamente material documental, a facilitar o seu uso para análises secundárias, a sistematizar o tratamento dos dados e a estabelecer intercâmbio com instituições e investigadores interessados. Entre muitos outros aspectos relevantes, podem destacar-se o cuidado posto na *classificação de documentos* (ficheiros de perguntas de inquéritos por categorias, de instrumentos de pesquisa, como questionários, códigos, planos de sondagem, instruções aos inquiridores, de cartões perfurados e suas cópias e de informações gerais) e os esforços desenvolvidos na tradução automática das questões numa linguagem intermediária adaptada às ciências sociais («linguagem de informação») [123].

Em 1962 e 1963 realizam-se duas grandes conferências internacionais sobre a utilização comparativa de dados de inquéritos, que nas suas recomendações insistem particularmente sobre os problemas ligados à conservação de documentos e códigos com vista a análises secundárias, normalização e garantia da qualidade metodológica e da pertinência teórica dos dados recolhidos, cooperação e coordenação da actividade dos bancos de informação. Em 1964, é a Universidade de Amesterdão que organiza um arquivo de dados.

A tendência é para a multiplicação destes arquivos: o mais recente é o criado em 1969 pelo Centre d'Études Sociologiques (do Centre National de la Recherche Scientifique, em França), dirigido por R. BOUDON e que realizou um seminário destinado à discussão dos problemas metodológicos e técnicos relacionados com o planeamento da recolha e tratamento da informação relativa a inquéritos, com a participação de algumas dezenas de instituições universitárias. O quadro de programas de pesquisa em curso naquele centro delimita o campo dos temas sobre os quais são recolhidos dados: sociologia da educação e da juventude, sociologia da ciência e da investigação, sociologia política, ocupação de tempos livres, habitação e urbanismo, sociologia do mundo rural. Todos os organismos que oferecem garantias de competência e qualidade podem ser admitidos ao intercâmbio de informação por inquérito: centros de investigação (universitários e outros), institutos de sondagens públicos e privados, serviços estatísticos, etc. As preocupações que parecem dominar e guiar as actividades conduzidas por aquele arquivo aproximam-se das já expostas: detecção dos erros e vieses dos inquéritos, com vista a assegurar a qualidade da pesquisa comparativa, mediante a estandardização dos dados e a garantia das condições científicas e técnicas da recolha e análise da informação social.

---

[123] Sobre este problema cfr. GARDIN, *op. cit.*, nota 31.

De tudo quanto ficou descrito decorrem claramente duas considerações fundamentais, sobre as quais não insistiremos, uma vez que têm estado presentes ao longo de todo este trabalho:

Por um lado, a indispensabilidade da avaliação e do *contrôle* crítico dos processos e instrumentos de pesquisa, em ordem a assegurar o rigor científico, metodológico e técnico dos inquéritos sociológicos [124].

Por outro lado, as transformações profundas que as exigências e os recursos modernos (especialmente os do cálculo automático) de colheita e tratamento da informação propiciam à especialização dos investigadores e à formação metodológica dos estudantes de ciências sociais.

Quanto a estes últimos, designadamente, a *participação* na elaboração de planos de análise e o conhecimento das *condições* e *limites* de validade da utilização das técnicas de pesquisa e tratamento dos resultados pressupõem uma estreita *articulação entre o ensino e a pesquisa:* a formação de futuros investigadores baseia-se cada vez mais na ligação da aprendizagem com a prática de trabalhos em laboratórios, oficinas e seminários.

A informação epistemológica e metodológica é complemento indispensável ao adestramento técnico: o *contrôle* dos instrumentos de observação depende da relação de *adequação* aos *objectos* de análise, o que remete para a caracterização *teórica* destes.

A vigilância metodológica das técnicas empíricas traduz-se na aprendizagem duma linguagem operatória (particularmente no que se refere ao conhecimento dos conceitos e técnicas matemáticas e estatísticas), na leitura crítica de textos exemplares na resolução concreta de problemas de pesquisa e na compreensão da concepção global e da lógica de análise do inquérito sociológico.

Por outro lado, a participação no processo de investigação, factor de que depende a formação de produtores de conhecimentos que não sejam meros consumidores dos mesmos, pressupõe e requer uma autêntica revolução pedagógica nos processos de comunicação e de interacção, designadamente no que se refere aos tipos de raciocínio, às técnicas activas de dinamização socioperatória e à valorização da criatividade dos grupos de trabalho em situação de pesquisa [125].

---

[124] Pode dizer-se que, nos países menos desenvolvidos, as dificuldades daquele *contrôle* aumentam sensìvelmente, em virtude dos obstáculos que se levantam ao desenvolvimento da investigação: carência de centros universitários de pesquisa e de formação em ciências sociais, isolamento dos investigadores em relação ao público e aos governos, insuficiência da procura da produção científica, falta de confiança nos dados de informação existentes, raridade de apoios e recursos, incompreensão das exigências próprias da pesquisa fundamental, dificuldades de carreiras, etc. É certo, no entanto, que, em alguns casos, a reduzida pressão da procura tem possibilitado uma margem de liberdade crítica mais vasta do que quando a utilização prática dos resultados científicos é dominante.

[125] Quanto a este último ponto, cfr. F. X. Pina PRATA, «A transformação dos métodos pedagógicos no moderno ensino superior», in *Análise Social*, nºs 20-21, 1968; SELVIN (bibl.).

8. Conclusão

Em qualquer inquérito sociológico há que distinguir o objecto, tal como se oferece à percepção, e o *objecto científico,* produto de um sistema de relações construídas em função de uma *problemática teórica,* que é matriz de elaboração das questões mais pertinentes na análise dum tema.

Não existem leituras imediatas da realidade. O conhecimento não se reduz à visão, nem o objecto aos dados concretos. O processo de conhecimento produz-se de uma forma *activa* e *complexa* (em vários níveis), através de mediações conceituais e instrumentais.

Há quem defenda que bastam leituras imediatas do real, esquecendo-se (ou ocultando) que uma *leitura* implica a apropriação de um *código.* Muitos estudos de estratificação social, por exemplo, resultam da aplicação de determinados critérios de ordenação a certos dados (níveis de rendimentos e instrução, aspirações, opiniões, etc.), que comportam opções teóricas: o nível dos consumos de normas é privilegiado em relação ao da produção de valores. Uma outra construção teórica permitiria recolher informação que escapa àqueles: aquela que remete para a análise das *relações sociais.*

A ciência emerge através da construção teórica do seu objecto: o vector epistemológico vai do racional ao real, como o notava BACHELARD. A informação empírica depende duma recolha baseada em grelhas (ou redes) de análise e elaboração de resultados, que implicam com os pressupostos teóricos dos inquiridores. Os dados resultam dum trabalho de interrogação metódica do real; devem, consequentemente, ser tratados como *respostas* a um *sistema de perguntas* que tem como matriz a problemática teórica de uma ciência.

Nem todo o uso operatório dos instrumentos técnicos é por si mesmo científico; por isso se torna indispensável proceder a uma crítica das funções das técnicas na prática de investigação. Elas podem conduzir a privilegiar certos objectos de análise em relação a outros: bastará relembrar que muitos inquéritos realizados são de carácter *local* (e não nacional), *atomístico* (e não contextual) e *instantâneo* (e não dinâmico) [126]. Daqui resulta que determinadas variáveis relevantes são escamoteadas da análise: aquelas que se situam a nível global, as que têm de ser referenciadas a elementos colectivos (e não puramente individuais) e as que respeitam a processos que ultrapassam o curto prazo ou que remetem para *transformações* do próprio sistema social.

Este apontamento sugere, por outro lado, que a análise (fundamentada na *sociologia do conhecimento*) dos condicionamentos pessoais, sociais e institucionais da pesquisa permite compreender as suas limitações: o contexto dos organismos de investigação (o tipo de universidade e de sociedade, do ponto de vista dos sistemas político, económico e cultural, os recursos disponíveis, as encomendas predominantes, a formação dos técnicos, etc.) deter-

[126] Cfr., *supra,* 6.3.2 e 6.3.3.

mina a natureza dos objectivos, dos níveis e das formas de análise; no caso das ciências sociais, esta relação é particularmente relevante [127].

A passagem da *microanálise* à *macroanálise,* a importância relativa das pesquisas *aplicadas* e das *fundamentais* e o confronto dos estudos *sincrónicos,* em que as relações entre os factos sociais são analisadas independentemente da dimensão temporal e dos *diacrónicos,* em que a sucessão no tempo já é considerada, permitem exemplificar três outros aspectos metodológicos que não devem ser iludidos pelo cientista social.

Nos inquéritos de opinião também frequentemente se esquece o problema do *inconsciente,* a nível individual como a nível global. O entrevistado limita-se normalmente a reproduzir os termos em que pensa, sente ou vê, conscientemente, uma situação dada no interior das categorias predeterminadas pela prática social: isolar os *discursos* do contexto das *relações sociais* em que se inserem pode conduzir a estudos adequados do consumo, seja ele económico, político ou ideológico; mas o nível mais profundo (e tantas vezes inconsciente) da produção só pode ser atingido por uma análise crítica que situe as verbalizações em confronto com as práticas e as relações sociais. As leis a que obedecem os conflitos são frequentemente inconscientes para os actores inseridos numa determinada formação social.

Não é apenas o inconsciente do entrevistado que está em causa, mas também o do inquiridor. A estruturação afectiva e cultural do psiquismo do investigador exige, anàlogamente, uma «psicanálise do espírito científico» (BACHELARD) que remete para uma *teoria do sujeito.*

A *linguagem* do agente social depende, em parte, da posição ocupada no interior duma articulação diferenciada de sistemas: o estudo da comunicação tem de ter em conta fenómenos culturais e económicos, que remetem para uma análise das possibilidades oferecidas pelas instâncias às diversas categorias sociais [128].

Do mesmo modo, o *quadro teórico* (determinado pelos factores já analisados) em que se movimenta um estudo empírico é determinante em relação às variáveis e indicadores escolhidos: a sociologia funcionalista tem produzido análises importantes dos sistemas, normas e funções sociais; mas o estudo dos conflitos (e suas regras de produção), acções constituintes, relações e movimentos sociais não parece que possa ser feito no interior dos esquemas funcionalistas, exigindo o recurso a outros modos de análise [129].

---

[127] Cfr. o esquema de estudo crítico apresentado em 5, *C*).

[128] Cfr. ESTABLET (bibl.) e ainda os artigos de HERBERT nos *Cahiers pour l'Analyse.*

[129] Cfr., a propósito de um tema específico, o confronto crítico de formas e métodos de análise diferenciados (funcionalismo, estruturo-funcionalismo, accionalismo, marxismo, etc.) feito nos artigos de ABBOUD e de ABBOUD e MAHEU citados na bibliografia. A universidade pode ser encarada em termos de *crise* (centralismo, uniformidade, falta de autonomia, regras excessivamente burocráticas, insuficiência de equipamentos, relação desfavorável entre os quantitativos de docentes e de discentes); mas um estudo das disfunções não chega para definir os *conflitos sociais* que a atravessam.

As reflexões anteriores mostram que o produto de uma pesquisa, determinado pelo lugar da mesma em relação a *outras práticas* ou *materialidades significantes* (culturais, económicas, políticas), depende dum trabalho de ruptura, questionamento do senso comum e transformação de informações e noções empíricas e ideológicas em conceitos teóricos, através de certos métodos. Como escreve Max WEBER, «não são as relações reais entre as coisas que constituem o princípio da delimitação dos diferentes domínios científicos, mas as relações conceituais entre problemas. É quando se aplica um método novo a novos problemas, descobrindo-se assim novas perspectivas, que nasce uma ciência nova» [130].

A epistemologia acompanha a metodologia e esta deve controlar o uso correcto dos instrumentos técnicos de verificação, em relação aos níveis e aos objectos de análise. A concretização destes objectivos exige a problematização teórica dos elementos da realidade social relacionados pelas questões que lhes são postas, o que obriga a um conjunto de conhecimentos que não se improvisa e requer, em consequência, uma competência só possível mediante a formação qualificada, a consciência da estrutura da sociedade e da personalidade e a vigilância crítica permanente dos responsáveis pelo inquérito científico.

Dezembro de 1971.

[130] Max WEBER, *Essais sur la théorie de la science* (bibl.), p. 146.

BIBLIOGRAFIA

(As obras mais directamente relacionadas com o tema estão marcadas com um asterisco)

ABBOUD — «Les manifestations collectives des jeunes», *Sociologie du Travail,* 1969, 3.

ABBOUD, MAHEU e RENON — «Crise de l'Université», *Sociologie du Travail,* 1969, 3.

* ADORNO, BRUNSWIK, LEVINSON e SANFORD — *La personalidad autoritaria,* Buenos Aires, ed. Projección, 1965.

ALBOU — *Les questionnaires psychologiques,* Paris, P. U. F., 1968.

* ALMEIDA, J. C. Ferreira de — «Situação e problemas do ensino de ciências sociais em Portugal», *Análise Social,* n.os 22-24, 1969.

ALMEIDA, C. F. de, VARA e MARTINS, Isabel Faria — *Adaptação do Trabalhador de Origem Rural ao Meio Industrial e Urbano,* I. N. I. I., 1966.

ALMEIDA, Maria Susana Gomes de — *Motivações no Trabalho,* C. E. E. A. da Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1962.

ALTHUSSER — *Sobre o Trabalho Teórico,* ed. Presença, 1970.

ALTHUSSER e BALIBAR — *Lire le Capital,* 2 vols., Paris, Maspero, 1968.

ANDRADE, A. F. de, BARATA e FONSECA — «Aspectos de um inquérito às condições de habitação em Lisboa», *Análise Social,* n.º 6, 1964.

* ANTOINE, J. — *L'opinion — techniques d'enquêtes par sondage,* Paris, Dunod, 1969.

Ateliers, ed. dos investigadores do Laboratoire de Sociologie Industrielle, n.os 1-4, 1968-69.

* BACHELARD — *Le nouvel esprit scientifique,* Paris, P. U. F., 8.ª ed., 1963.

* BACHELARD — *La formation de l'esprit scientifique,* Paris, Vrin, 1965, 4.ª ed.

BACHELARD — *Le rationalisme appliqué,* Paris, P. U. F., 3.ª ed., 1966.

BADIOU — *Le concept de modèle,* Paris, Maspero, 1969.

BARATA, Óscar Soares — «Apontamentos de história da sociologia», *Estudos Políticos e Sociais,* I. S. C. S. P. U., 1964.

BARBUT — *Mathématiques des sciences humaines,* 2 vols., Paris, P. U. F., 1967-68.

BARTHES — *Essais critiques,* Paris, Seuil, col. «Tel Quel», 1964.

BARTHES — *Système de la Mode,* Paris, Seuil, 1967.

BAUER (org.) — *Social indicators,* M. I. T. Press, 1967.

BENSAID — *La culture planifiée,* Paris, Seuil, 1969.

BETTELHEIM — *Planification et croissance accélérée,* Paris, Maspero, 1970.

BETTELHEIM — *Calcul économique et formes de propriété,* Paris, Maspero 1970.

BIE, LÉVI-STRAUSS, NUTTIN e JACOBSON, — *Les sciences sociales dans l'enseignement supérieur* (relatórios), UNESCO, 1954.

BIVAR, Maria de Fátima — *Ensino Primário e Ideologia,* Publicações Dom Quixote, 1971.

BLALOCK — *Social statistics,* Nova Iorque, McGraw Hill, 1960.

BLALOCK — *Causal inferences in non experimental research,* The University of North Caroline Press, 1961.

* BLALOCK — *Methodology in social research,* Nova Iorque, McGraw Hill, 1968.

BLANCHÉ — *Introduction à la logique contemporaine,* 2.ª ed., Paris, A. Colin, 1968.

BORGATTA (org.) — *Sociological methodology 1969,* São Francisco, Jossey-Bass, 1969.

BOUDON — «Algumas funções da formalização em sociologia», *Análise Social,* n.º 15, 1966.
BOUDON — *L'analyse mathématique des faits sociaux,* Paris, Plon, 1967.
BOUDON — *A quoi sert la notion de «structure»?,* Paris, Gallimard, 1968.
* BOUDON — *Les méthodes en sociologie,* Paris, P. U. F., col. «Que sais-je?», 1969.
BOUDON — «Analyse secondaire et sondages sociologiques», *Cahiers Internationaux de Sociologie,* XLVII, 1969.
BOUDON — *La crise de la sociologie,* Paris, Droz, 1971.
BOUDON, FURET, LADURIE e MITTERAND — «Comment l'informatique bouleverse les sciences humaines», *Le Nouvel Observateur,* n.º 182, 8-14 de Maio, 1968.
* BOUDON e LAZARSFELD (dir.) — *Le vocabulaire des sciences sociales,* Paris-Haia, Mouton, 1965.
* BOUDON e LAZARSFELD (dir.) — *L'analyse empirique de la causalité,* Paris-Haia, Mouton, 1966.
* BOURDIEU, DARBEL, RIVET e SEIBEL — *Travail et travailleurs en Algérie,* Paris, Mouton, 1963.
BOURDIEU e PASSERON — *La reproduction — éléments pour une théorie du système d'enseignement,* Paris, Minuit, 1970.
* BOURDIEU, PASSERON e CHAMBOREDON — *Le métier de sociologue,* liv. I, «Préalables épistémologiques», Paris, Mouton-Bordas, 1968.
BOURDIEU e SAYARD — *Le déracinement,* Paris, Minuit, 1964.
BRANCO, Carlos — *Perspectivas Sociais da Empresa,* ed. Junta da Acção Social, s. d.
BUNGE — *Causality, the place of the causal principle in modern science,* Cambridge, Harvard University Press, 1959.
CABRAL, Helena de Sacadura — *Estatística,* Instituto de Estudos Sociais, 1968-69.
Cahiers du Laboratoire de Sociologie de la Connaissance, 1, Paris, Anthropos, 1967.
Cahiers pour l'Analyse, n.ºs 1-2 (*maxime,* HERBERT, «Sur la psychologie sociale») e 9 (*maxime,* HERBERT, «Pour une théorie générale des idéologies»), Paris, Seuil, 1966-68.
CANGUILHEM — *La connaissance de la vie,* Paris, Vrin, 1965.
* CAPLOW — *L'enquête sociologique,* Paris, A. Colin, 1970.
CARDOSO, F. H., CASTELLS, CROZIER, LAZARSFELD, LEFEBVRE, REYNAUD, TOURAINE e VIDAL — Documentos policopiados dos ciclos de doutoramento em Sociologia (1966-68) da Universidade de Nanterre, da Escola Prática de Altos Estudos, da Sorbonne e do Instituto de Ciências Sociais do Trabalho (Paris).
CARDOSO, F. H., e IANNI — *Homem e Sociedade,* Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1961.
CASTELLS — «Y a-t-il une sociologie urbaine?», *Sociologie du Travail,* 1968, 1.
CASTELLS — «Théorie et idéologie en sociologie urbaine», *Sociologie et Sociétés,* vol. I, n.º 2, Novembro de 1969, Montréal.
CASTELLS — «Vers une théorie sociologique de la planification urbaine, *Sociologie du Travail,* 1969, 4.
* CASTELLS — «Les nouvelles frontières de la méthodologie sociologique», *Information sur les sciences sociales,* Dezembro de 1970.
CASTELLS — *Problemas de investigación en sociología urbana,* Madrid, Siglo XXI, 1971.
CERTEAU — «L'architecture sociale du savoir», *Esprit,* Outubro de 1968.
CHAZEL e colabs. (dir. de) — *L'analyse des processus sociaux,* Paris, Mouton, 1970.
«Ciências humanas (As)» (artigos de V. Magalhães GODINHO, A. SEDAS NUNES, Mário MURTEIRA, Jorge DIAS, Barahona FERNANDES, Orlando RIBEIRO e M. S. LOURENÇO), *O Tempo e o Modo,* n.ºs 43-44, Novembro-Dezembro, 1966.
CODES — *Situação e Opinião dos Universitários,* Lisboa, 1967.
COELHO, Eduardo Prado (org.) — *Estruturalismo,* antologia de textos teóricos, Portugália, 1968.

COHEN — *Sociologie du langage,* Paris, Maspero, 1971.
COHEN e NAGEL — *An Introduction to Logic and Scientific Method,* Routledge and Kegan Paul, Londres, 1964.
«Colóquios sobre metodologia das ciências sociais», *Estudos de Ciências Políticas e Sociais,* n.º 15, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
Communications, Paris, Seuil, 1961-71.
Conférence nationale des travailleurs de la recherche scientifique, Paris, 1968.
CORNU e LAGNEAU — *Hiérarchies et classes sociales,* Paris, A. Colin, 1969.
* *Cours de Philosophie pour Scientifiques,* École Normale Supérieure, 1967-68 (documentos policopiados).
DAHRENDORF — *Las classes sociales y su conflicto en la sociedad industrial,* Madrid, Rialp, 1962 (tradução espanhola do alemão).
DAHRENDORF — *Homo Sociologicus,* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969 (tradução do alemão).
* DAVAL — *Traité de psychologie sociale,* Paris, P. U. F., 1967, 2.ª ed., t. I.
DEBATY — *La mesure des attitudes,* Paris, P. U. F., 1967.
DELEUZE — *Logique du sens,* Paris, Minuit, 1969.
DELEUZE — *Différence et répétition,* Paris, P. U. F., 1969.
DERERATH e PETERSON — *System, change and conflict,* Nova Iorque, The Free Press, 1967.
DESANTI — *Les idéalités mathématiques,* Paris, Seuil, 1968.
DEVEREUX — *From Anxiety to Method in the Behavioral Sciences,* Paris-Haia, Mouton, 1967.
DUARTE, Maria Palmira — *A Imagem da Mulher na Sociedade. Estudo em Diferentes Meios Sociais de Lisboa,* I. S. C. S. P. U., s. d.
DUBOIS, DULONG, DURAND, ERBES-SEGUIN e VIDAL — *Grèves revendicatives ou grèves politiques?,* Paris, Anthropos, 1971.
DUCROT e outros — *Qu'est-ce que le structuralisme?,* Paris, Seuil, 1968.
DURAND — *Les grands textes de la sociologie moderne,* Paris, Bordas, 1970.
DURKHEIM — *Les règles de la méthode sociologique,* Paris, P. U. F., 1947.
DURKHEIM — *Le suicide, Paris,* P. U. F., 1960.
DURKHEIM — *Journal Sociologique,* Paris, P. U. F., 1969.
* DUVERGER — *Méthodes des sciences sociales,* Paris, P. U. F., 1964.
DUVIGNAUD — *Introduction à la sociologie,* Paris, Gallimard, 1966.
DUVIGNAUD — *Chebika — mutations dans un village du Maghreb,* Paris, Gallimard, 1968.
EHRLICH e FLAMENT — *Précis de statistique,* Paris, P. U. F., 3.ª ed., 1966.
ENGELS — *La situation de la classe laborieuse en Angleterre,* Paris, Ed. Sociales.
* *Épistémologie Sociologique,* Paris, Anthropos, 1964-70.
* ESTABLET — «Enquêtes en Algérie», *La Pensée,* n.º 121, Junho de 1965.
«Étude des opinions dans les pays en voie de développement», *Revue Internationale des Sciences Sociales,* UNESCO, vol. XV, n.º 1, 1963.
FAYE — «Montage-production», *Change,* n.º 1, Paris, Seuil, 1968.
FERNANDES, Florestan — *A Sociologia Numa Era de Revolução Social,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963.
* FESTINGER e KATZ — *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales,* Paris, P. U. F., 2 vols., 1959.
FICHANT e PÊCHEUX — *Sobre a História das Ciências,* Lisboa, Editorial Estampa, 1971.
FICHELET e MAY — «Le changement des structures de la société à travers une situation de crise», in *VII Congresso Mundial de Sociologia,* Varna, 1970.
FOUCAULT — *As Palavras e as Coisas,* tradução para português de A. Ramos Rosa, Portugália, 1968.
FOUCAULT — *L'archéologie du savoir,* Paris, Gallimard, 1969.
FREUD — *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (org. por J. Strachey), Londres, Hogarth Press, 1953-66.
FRIEDMANN e NAVILLE (dir. de) — *Traité de sociologie du travail,* 2 vols., Paris, A. Colin, 1962.
Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra — Inquéritos diversos publicados no *Boletim* do F. D. M. O.

FURTADO, Celso — *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico,* Publicações Dom Quixote, 1971.
Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa — Inquéritos diversos publicados no *Boletim* do G. T. H. C. M. L.
* GALTUNG — *Theory and methods of social research,* Nova Iorque, Columbia University Press, 1967.
GERMANI — *Política y Sociedad en una época de transición,* Buenos Aires, Paidos, 1963.
GIBSON — *La lógica de la investigación social,* Madrid, ed. Tecnos, col. «Estructura y Función», 1968.
GLASER e STRAUSS — *The discovery of grounded theory,* Chicago, Aldine Publishing, 1967.
GODINHO, V. Magalhães — *Introdução às Ciências Sociais,* ed. Assoc. Acad. do I. S. C. E. F., 1964.
GODINHO, V. Magalhães — «Sobre a pesquisa interdisciplinar em ciências humanas», *Revista de Economia,* vol. XVI, Setembro-Dezembro de 1964.
GOFFMAN — *Asiles,* Paris, Minuit, 1968.
GOLDMANN — *Sciences humaines et philosophie,* Paris, Gonthier, 1966.
GONÇALVES, J. J. — *Sociologia,* 2 vols., Portucalense Editora, 1969.
GOULD e KOLB — *A dictionary of the social sciences,* Nova Iorque, The Free Press of Glencoe, 1964.
GOULDNER — *The Coming Crisis of Western Sociology,* Londres, Heinemann, 1971.
GRANGER — *Pensée formelle et sciences de l'homme,* Paris, Aubier-Montaigne, 1967.
* GREENWOOD — «Métodos de investigação empírica em sociologia», *Análise Social,* n.º 11, 1965 (tradução para português de Maria de Fátima Sedas Nunes).
GUERBER e HENNEQUIN — *Initiation à la statistique,* Paris, Bibliothèque d'enseignement mathématique, A. P. M. E. P., 1967.
GURVITCH (dir. de) — *Traité de Sociologie,* 2 vols., Paris, P. U. F., 1963.
HABERMAS — *Strukturwandel der Öffentlichkeit,* Neuwied, Luchterhand, 1961.
HAMMOND (org. de) — *Sociologists at work,* Basic Books, Nova Iorque, 1964.
HEMPEL — «The logic of functional analysis», in *Symposium on Sociological Theory,* Llewellyn Gross (ed.), Nova Iorque, Harper and Row Publishers, 1959.
HOROWITZ — *Historia y elementos de la Sociología del conocimiento,* Buenos Aires, Eudeba, 1964.
HYMAN — *Survey design and analysis,* The Free Press, Nova Iorque, 1955.
Inquéritos realizados por organismos portugueses de investigação social (relatórios policopiados).
Instituto Nacional de Estatística — Inquéritos diversos.
* IPOLA — «Vers une science du texte social», *Sociologie et Sociétés,* Montréal, 1969.
JAKOBSON — *Essais de linguistique générale,* Seuil, col. «Points», 1970.
* JAVEAU — *L'enquête par questionnaire,* ed. de l'Institut de Sociologie, Université Libre de Bruxelles, 1971.
* KAPLAN — *The conduct of inquiry,* São Francisco, Chandler Publishing Company, 1964.
KARPIK — «Trois concepts sociologiques: le project de référence, le statut social et le bilan individuel», *Archives Européennes de Sociologie,* 1965, 2.
KARPIK — «Urbanisation et satisfactions au travail», *Sociologie du Travail,* 1966, 2.
KATZ, D. — *Public opinion and propaganda,* Nova Iorque, Henry Holt, 1960.
KEMENY, SNELL e THOMPSON — *Algèbre moderne et activités humaines,* Paris, Dunod, 1960.
KISH — «Statistical problems in research design», *American Sociological Review,* Junho de 1959.
KOYRÉ — *Études d'histoire de la pensée scientifique,* Paris, P. U. F., 1966.
KRISTEVA — *Recherches pour une sémanalyse,* Paris, Seuil, 1970.
LACAN — *Écrits,* Paris, Seuil, 1966.

LAGACHE, LAPLANCHE e PONTALIS — *Vocabulário de Psicanálise,* Lisboa, Moraes Editores, 1970.
* LAZARSFELD — *Philosophie des sciences sociales,* Paris, Gallimard, 1970.
LEBRET — *Guide pratique de l'enquête sociale,* Paris, P. U. F., 3 vols., 1951-58.
LECLAIRE — *Psychanalyser,* Paris, Seuil, col. «Le Champ Freudien», 1968.
LECOURT — «Sur l'archéologie et le savoir (à propos de Michel Foucault)», *La Pensée,* n.º 152, 1971.
LEFEBVRE — *Critique de la vie quotidienne,* II, Paris, L'Arche, 1961.
«Les données dans la recherche comparative», *Revue Internationale des Sciences Sociales,* UNESCO, vol. XVI, n.º 1, 1964.
LÉVI-STRAUSS — *Anthropologie Structurale,* Paris, Plon, 1958.
LÉVI-STRAUSS — «Critères scientifiques dans les disciplines sociales et humaines», *Revue Internationale des Sciences Sociales,* 1964.
LÉVI-STRAUSS — *Mythologiques,* Paris, Plon, 3 vols., 1964-68.
LÉVY — *Psychologie sociale — Textes fondamentaux,* Paris, Dunod, 1965.
L'Homme et la Société, Paris, Anthropos, 1966-71.
LIMA, Marinús Pires de — «Estruturas e produção científica», *Estudos Sociais e Corporativos,* n.º 26, Junho de 1968.
* LIMA, Marinús Pires de — *Metodologia do Inquérito Sociológico,* Instituto de Estudos Sociais, 1969-70.
* LIMA, Marinús Pires de — «Metodologia do inquérito sociológico», *Estudos Sociais e Corporativos,* n.º 33, Março de 1970.
* LINZ e MIGUEL — *La documentación y organización de los datos en la investigación sociológica,* Madrid, Confederación Española de Ahorros Profesionales, 1970.
MADGE — *The origins of scientific sociology,* Glencoe, The Free Press, 1962.
MADGE — *Las herramientas de la ciencia social,* Buenos Aires, Paidos, 1969.
MAGET — *Guide d'étude directe des comportements culturels,* Paris, C. N. R. S., 1962.
MAKLER, Harry Mark — *A «Élite» Industrial Portuguesa,* Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Economia e Finanças, 1969.
* MANN — *Métodos de Investigação Sociológica,* Rio, Zahar, 1970.
MARCH e SIMON — *Organisations,* Paris, Dunod, 1964.
MARCUS-STEIFF — *Les études de motivation,* Paris, Hermann, 1961.
MARCUSE — *L'homme unidimensionnel,* Paris, Minuit, 1968.
MARTIN — *Logique contemporaine et formalisation,* Paris, P. U. F., 1964.
MARTINS, Isabel Faria — «O questionário caracterológico — uma aplicação», *Análise Social,* n.º 16, 1968.
MARTINS, Isabel Faria, e COSTA, Leonel da — *Os Trabalhadores da Indústria e o Progresso Técnico,* I. N. I. I., 1970.
MARX — *Contribution à la critique de l'économie politique,* Paris, Éditions Sociales.
MARX — *Le Capital,* I, Paris, Garnier-Flammarion, 1969.
MATALON — *L'analyse hiérarchique,* Paris, Mouton, 1965.
MAUSS — *Essais de sociologie,* Paris, Seuil, col. «Points», 1970.
MENDRAS — *Éléments de sociologie,* Paris, A. Colin, 2 vols., 1967-68.
MERTON — *Éléments de théorie et de méthode sociologique,* Paris, Plon, 2.ª ed., 1965.
MERTON e BROOM — *Sociology today, problems and prospects,* Nova Iorque, Basic Books, 1959.
MICHELAT, Thomas — *Dimensions du nationalisme,* Paris, A. Colin, 1966.
MILLS, Wright — *A Imaginação Sociológica,* Rio, Zahar, 1965.
Ministério das Corporações e Previdência Social — D. G. P. H. E. — *Estudos,* Serviço de Inquéritos Habitacionais, 1968-69.
MITCHELL — «La documentation recueillie par enquête dans les pays en voie de développement», *Revue Internationale des Sciences Sociales,* XVII, 4, 1965.
MOREIRA, Adriano — *Ideologias Políticas,* Lisboa, I. S. C. S. P. U., 1964.
MORIN — «L'interview dans les sciences sociales et à la radio-télévision», *Communications,* 1966, n.º 7.

MORIN — *Commune en France,* Paris, Fayad, 1967.
MOULOUD — *Les structures,* Paris, Payot, 1968.
MOURA, F. P. de — *Lições de Economia,* Lisboa, Clássica Editora, 4.ª ed., 1969.
MOYA — *Sociólogos y sociologia,* Madrid, Siglo XXI, 1970.
* MUCCHIELLI — *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale,* Libr. Techniques, Éditions Sociales Françaises, 1967.
MUCCHIELLI — *L'interview de groupe,* Libr. Techniques, Éditions Sociales Françaises, 1968.
MYRDAL — *O Valor em Teoria Social,* São Paulo, Livr. Pioneira-Editora da Universidade, 1965.
NAGEL — *The structure of science,* Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, 1961.
NAGEL, TARSKI e SUPPES — *Logic, methodology and philosophy of science,* Stanford University Press, 1962.
NAHOUM — *L'entretien psychologique,* Paris, P. U. F., 1958 (3.ª ed., 1967).
NAVILLE — «Classes sociales et classes logiques», *L'Année Sociologique,* 3.ª série, P. U. F., 1963.
* NOELLE — *Les sondages d'opinion,* Paris, Minuit, 1966.
Novas Perspectivas das Ciências Humanas, Lisboa, ed. Presença, 1970.
O. C. D. E. — «Situação e problemas das ciências sociais», tradução para português de Maria de Fátima Sedas Nunes, *Análise Social,* n.º 19, 1967.
«Opinion Publique» (L'), *Chronique Sociale de France* — 53.ª Semaine Sociale, Nice, 1966.
PARSONS — *Éléments pour une sociologie de l'action,* Paris, Plon, 1965.
PARSONS — *Societies; Evolutionary and Comparative Perspectives,* Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1966.
PARSONS — *Sociological Theory and Modern Society,* Nova Iorque, The Free Press, 1967.
PARSONS, SHILS, NAEGELE e PITTS (dir. de) — *Theories of Society,* 2 vols., Nova Iorque, The Free Press, 1961.
PÊCHEUX — *Analyse automatique du discours,* Paris, Dunod, 1971.
PIAGET (dir. de) — *Logique et connaissance scientifique,* Paris, Gallimard, 1967.
PICARD — *Théorie des questionnaires,* Paris, Gauthier-Villars, 1965.
* PINTO e GRAWITZ — *Méthodes des sciences sociales,* Paris, Dalloz, 2.ª ed., 1967.
POPPER — *The logic of scientific discovery,* Nova Iorque, Hutchinson, 1959.
POULANTZAS — *Pouvoir politique et classes sociales,* Paris, Maspero, 1968.
Pourquoi des sociologues? (documento dum grupo de trabalho da Universidade de Paris-Nanterre), 1968.
PRATA, F. X. Pina — *Psicossociologia da Empresa,* Instituto de Estudos Sociais, 1965-66.
RANCIÈRE — *Sobre a Teoria da Ideologia,* Portucalense Editora, 1971.
REGNIER — *Les infortunes de la raison,* Paris, Seuil, 1966.
REGNIER — «Mathématiser les sciences de l'homme», *Revue Française de Sociologie,* IX, 3, 1968.
REUCHLIN — *Les méthodes en psychologie,* Paris, P. U. F., 1969.
Revue Française de Sociologie, Paris, C. N. R. S.
REYNAUD — «Sobre o ensino das ciências sociais», *Análise Social,* n.º 12, 1965.
RIESMAN — *L'abondance, à quoi bon?,* Paris, Laffont, 1969.
ROCHER — *Sociologia Geral,* Lisboa, Editorial Presença, 1971.
ROLLE — *Sociologie du travail,* Paris, Larousse, 1971.
RUBEL — *Sociologie critique,* Paris, Payot, 1970.
SABINO e REGO — *Inquérito Operário e Luta Política,* Lisboa, 1971.
SALOMON — *Science et politique,* Paris, Seuil, 1970.
SARTRE — *Critique de la raison dialectique,* Paris, Gallimard, 1960.
SCHNAPP e VIDAL-NAQUET — *Journal de la commune étudiante,* Paris, Seuil, 1969.
SEDAS NUNES, A. — «Problemas da sociologia em Portugal», *Análise Social,* n.º 3, 1963.
* SEDAS NUNES, A. — *Introdução às Ciências Sociais* (apontamentos das lições proferidas no Instituto de Estudos Sociais), 1965-66.

SEDAS NUNES, A. — *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento,* Moraes Editores, 1968.
SEDAS NUNES, A. — *A Situação Universitária Portuguesa,* Livros Horizonte, 1971.
SEDAS NUNES, A. — *Introdução às Ciências Sociais* (apontamentos das aulas teóricas no I. S. C. E. F.), 1970-71.
SEDAS NUNES, A. — «Questões preliminares sobre as ciências sociais», *Análise Social,* n.os 30-31.
* SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK — *Métodos de Pesquisa das Relações Sociais,* São Paulo, Herder, 1965.
SELVIN — «L'enseignement des méthodes de la sociologie aux États-Unis d'Amérique», *Revue Internationale des Sciences Sociales,* XV, 4, 1963.
SERRÃO, António — «As sondagens de opinião pública», *Informação Social,* 9, Janeiro-Março, 1968.
SERRES — *Hermès ou la communication,* Paris, Minuit, 1968.
SILVA, Maria da Conceição Tavares da — «A objectividade na sociologia», *Estudos Sociais e Corporativos,* 1, 1962.
Sociologie du Travail, Paris, Seuil, 1959-71.
SOLLERS — *Logiques,* Paris, Seuil, 1968.
Sondages (revista editada pelo Institut Français d'Opinion Publique).
STINCHCOMBE — *Constructing social theories,* São Francisco, Harcourt, Brace and World, 1968.
STOETZEL — *La psychologie sociale,* Paris, Flammarion, 1963.
* Survey Research Center — *Interviewers' Manual,* Univ. Michigan, Ann Arbor, 1966 (tradução parcial por Ruy de Almeida Leite, no *Boletim* do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, n.º 12, 1967, e n.º 15, 1968).
TEL QUEL — *Théorie d'ensemble,* Paris, Seuil, 1968.
TELLA, BRAMS, REYNAUD e TOORAINE — *Huachi pato e lota* — Étude *sur la conscience ouvrière dans deux entreprises chiliennes,* Paris, C. N. R. S., 1966.
Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales, Paris, UNESCO, Mouton, 1970.
TORGERSON — *Theory and method of scaling,* Nova Iorque, Wiley, 1968.
TOURAINE — «Classe sociale et statut socio-économique», *Cahiers Internationaux de Sociologie,* XI, 1951.
TOURAINE — *Sociologie de l'action,* Paris, Seuil, 1965.
TOURAINE — «Le sociologue, son travail et la société», *Sociologie du Travail,* 3, 1965.
TOURAINE — *La conscience ouvrière,* Paris, Seuil, 1968.
TOURAINE — *Le mouvement de Mai,* Paris, Seuil, 1968.
TOURAINE — *La société post-industrielle,* Paris, Denoël, 1969.
TOURAINE — «Le système d'action historique», *Sociologie et Sociétés,* n.º 2, Montréal, 1969.
TOURAINE — «Crise et conflit», *Cahiers Internationaux de Sociologie,* XLVIII, 1970.
TOURAINE — *Les mouvements sociaux,* comunicação ao VII Congresso da Associação Mundial de Sociologia, Varna, 1970.
VERON — *Ideologia, Estrutura e Comunicação,* São Paulo, Cultrix, 1970.
VIDAL — «Idéologies et types d'action syndicale», *Sociologie du Travail,* 2, 1968.
VIDAL — «Politique et conjugaison: revendications et groupes professionnels en mai-juin 1968», *Sociologie du Travail,* 3, 1970.
VIDAL — «Formation sociale et mouvements sociaux», *Sociologie et sociétés,* 2, 1970.
VIDAL — *Essai sur l'idéologie,* Paris, Anthropos, 1971.
VIET — *Les méthodes structuralistes dans les sciences sociales,* Paris, Mouton-Haia, 1965.
WEBER, Max — *Essais sur la théorie de la science,* Paris, Plon, 1965.
WEBER, Max — *O Político e o Cientista,* Lisboa, Editorial Presença, 1970.
WEBER, Max — *Économie et société,* Paris, Plon, 1971.
WILLEMS — *Dictionnaire de Sociologie,* Paris, Rivière, 1961.
ZEISEL — *Dígalo con números,* México, Fondo de Cultura Económica, 1962.
ZETTERBERG — *On theory and verification in sociology,* Nova Iorque, 1966.